



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CEDUC – CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS

MARIA HELENA CARDOSO DE OLIVEIRA

**FLORES EM VIDA: O FEMINICÍDIO COMO MATERIALIZAÇÃO
DO DISCURSO DE PODER, A PARTIR DA ANÁLISE DO RAP
“ROSAS”, DO GRUPO ATITUDE FEMININA**

CAMPINA GRANDE
2020

MARIA HELENA CARDOSO DE OLIVEIRA

**FLORES EM VIDA: O FEMINICÍDIO COMO MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO
DE PODER, A PARTIR DA ANÁLISE DO RAP “ROSAS”,
DO GRUPO ATITUDE FEMININA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial ao título de graduada em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguística – Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale

CAMPINA GRANDE
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48f Oliveira, Maria Helena Cardoso de.

Flores em vida [manuscrito] : o feminicídio como materialização do discurso de poder, a partir da análise do rap "Rosas", do grupo Atitude Feminina / Maria Helena Cardoso de Oliveira. - 2021.

72 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale , Coordenação do Curso de Letras - CEDUC."

1. Análise do discurso. 2. Feminismo. 3. Patriarcalismo. 4. Feminicídio. 5. Violência contra a mulher. I. Título

21. ed. CDD 401.41

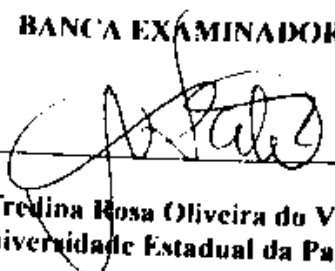
MARIA HELENA CARDOSO DE OLIVEIRA

FLORES EM VIDA: O FEMINICÍDIO COMO MATERIALIZAÇÃO DO DISCURSO DE PODER, A PARTIR DA ANÁLISE DO RAP “ROSAS”, DO GRUPO ATITUDE FEMININA

Trabalho de conclusão de curso (Monografia), apresentado ao Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial ao título de graduada em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Aprovada em: 06/03/2020

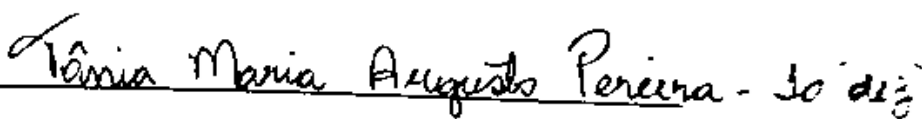
BANCA EXAMINADORA

 - 10,0 (dez)

Profa. Dra. Alfredina Rosa Oliveira do Vale (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba

 - dez, 10,0

Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Universidade Estadual da Paraíba

 - dez, 10,0

Profa. Dra. Tânia Maria Augusto Pereira
Universidade Estadual da Paraíba

À Dona Lica, minha mãe, que se foi prematuramente,
DEDICO.

*Hoje, finalmente, “morre” a graduanda e
Aqui, nasce a pesquisadora.*

AGRADECIMENTO

A Deus, primeiramente. Para que eu não fuja dos ritos triviais de qualquer estudante que sobrevive às incansáveis leituras madrugais e é grata pela vida.

Aos meus pais e familiares, que torceram muito para que esse dia chegasse e compreenderam minha ausência, meu silêncio e minhas olheiras, sempre com bom humor e palavras de otimismo. Mas, em especial a minha mãe, que além de presentear-me com seu nome, ensinou-me a ser forte, ainda que com sua partida prematura. Que não pode presenciar esse momento tão importante, mas que certamente plantou em meu coração a semente da resiliência e da honestidade.

À vovó Birina e Tia Rosa. Grandes mulheres (apesar da altura), que me ensinaram desde cedo a lutar por espaço e voz, através dos seus exemplos.

À Ana Maria, que embora introspectiva, a seu modo, torce pelo meu sucesso ao longo desses oscilantes sete anos de amor e fidelidade.

Aos poucos amigos, que restaram nessa inconstante lida de sentires e humor, provando que não é a quantidade que nos faz ser importantes e que nunca foi a distância ou as circunstâncias favoráveis que selaram nosso afeto.

A Francisco de Assis (Chico), Ludovica Vitória (Lilica) e Melidiana Gertrudes (Mel), que lambem meu pranto nas madrugadas intermináveis, que me ouviram atentamente ensaiando aulas e que me ensinaram tanto sobre o amor sincero.

Aos demais filhos de quatro patas: José Tertuliano (Tulipo), Severino dos Ramos (Nino), Dante, Ruthkelly, Raquel, Kakau e Rosinha, pelo carinho e motivo de riso diante do cansaço.

Aos professores e professoras: Antônio de Pádua, Clara Regina, Dalva Lobão, Edson Tavares, Iara Cavalcanti, Kalina Naro, Ludmila Porto, Marta Anaísa, Rinaldo Brandão Tatiana Fernandes, Teresa Neuma e Zuleide Duarte, que me ensinaram sobre filosofia, língua(s), ensino, literatura, gênero(s), sexualidade(s), gramática e linguística, embora, nada se compare as aulas que tivemos sobre a vida.

À minha orientadora, Alfredina Rosa Oliveira do Vale, pessoa que admiro e quero bem. Pela dedicação, pela troca de conhecimento, pelo carinho, pela persistência, pela amizade e pelo melhor abraço das terças-cinzentas.

A toda a Coordenação e Departamento do curso de Letras da UEPB, pelo acolhimento e presteza.

A Wesley Porto (da xerox), Marcos Sodré (da livraria) e Lucielma Batista (da

secretaria da Coordenação), que nos socorreram nos momentos mais insanos. Que entendiam as escolhas entre pagar o lanche e o texto diário, que nos atenderam sempre com afeto e educação. E que contribuíram de forma tão direta para que todo esse projeto desse certo.

Ao grupo Atitude Feminina, que desde o primeiro contato se mostrou pronto a ajudar e colaborou de maneira tão carinhosa para inspirar-nos a escrever.

À banca, composta pela Professora Idalina Maria Freitas Lima Santiago e pela Professora Tânia Maria Augusto Pereira, pela colaboração nesse momento tão significativa e pelas palavras tão generosas.

Às mulheres fortes e guerreiras que fizeram e fazem parte da minha vida, direta ou indiretamente, e foram motivação para que eu me tornasse pesquisadora da causa feminina.

Às *putas*, às “sapatões”, às negras, às trans. E todas as outras que sofrem/morrem vítimas do machismo ou do preconceito pela etnia, pela crença, pela cultura, pelo corpo, pela sexualidade e/ou gênero – *a vocês*, que tanto me inspiraram a ser uma humana melhor – o meu carinho.

*Combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não morrer!
(Conceição Evaristo)*

RESUMO

Acreditamos que o feminicídio é a materialização do discurso de poder, no mais alto grau de concretude, e que isso é acarretado por fatores históricos, sociais e religiosos, que usam da persuasão ideológica para manipular um estereótipo institucionalizado de “mulher ideal”. Isso cria uma expectativa de felicidade atribuída ao casamento e à figura do homem como provedor, protetor e cuidador da mulher. Em vista do crescente número de casos de agressão e feminicídio ocorridos nos últimos anos, levantamos a seguinte problematização: Por que o número de casos de violência contra a mulher e feminicídio têm aumentado significativamente nos últimos anos? Assim, definimos o seguinte objetivo geral: analisar como o discurso de poder, alicerçado na palavra, enquanto signo ideológico e firmado em atitudes machistas, toma forma e se naturaliza em relações abusivas. Especificamente, buscamos (1) refletir sobre as relações de poder no *rap* “Rosas” do Grupo Atitude Feminina, a partir da dialetologia bakhtiniana; (2) discorrer sobre violência e feminicídio com base na cultura patriarcal; e (3) discutir de que maneira as relações de poder se solidificam entre homem e mulher, levando em consideração o signo ideológico apresentado pela teoria bakhtiniana. Tomamos como aporte teórico Foucault (1979, 2006, 2014, 2017 e 2019) para tratar das relações de poder; e apresentamos por Bakhtin (1979, 1981, 2003 e 2008), Brait (2018) e outros estudiosos para conceituar as vozes e as construções simbólicas, presentes no *rap*; Del Priore (2004 e 2018) e Pinsky (2014) e outros que contribuíram com a história da mulher na sociedade; Beauvoir (2016), Butler (2017), Alves e Pitanguy (1991), entre outros, para falar de feminismo; Freud (2015 e 2017) para justificar certos comportamentos no uso do poder e dos afetos; Dahlet para definir o gênero musical *rap*. Também consultamos as Leis Federais nº 11.340/2006 (Maria da Penha) e a nº 13.104/2015 (Lei de Feminicídio), para atestar, de maneira jurídica, que a violência, o abuso e o crime de morte (feminicídio) cometidos contra a mulher são punidos, no Brasil. Esperamos que este trabalho contribua de maneira relevante para outros estudos acadêmicos, que tenham a violência contra a mulher, o discurso de manipulação e a materialização do discurso de poder como temáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Patriarcalismo. Feminicídio. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

In the belief that femicide is the embodiment of ruling discourse, in its concreteness highest level, and since it has been caused by historical, social and religious factors, that use ideological persuasion to manipulate an institutionalized stereotype of “ideal woman”, based in this, it was created an expectation of happiness, attributed to marriage and man’s figure as provider, protector, and caregiver. Therefore, due to the growth of aggression's case and femicide, which has occurred in the last years, it was raised the following question: Why have the violent cases against women and femicide increased significantly in the last years? Thus, it was defined the following general objective: analyze how the ruling discourse, woven by words, as an ideological sign and established in male chauvinist attitudes, takes shape and becomes naturalized in abusive relationships. Aiming (1) to reflect on power relations in the rap “Rosas” by Grupo Atitude Feminina, based on Bakhtinian dialectology; (2) talk about violence and femicide taking into consideration patriarchal culture; and (3) discuss how power relations are strengthened between men and women, considering the ideological signs presented by Bakhtin’s theory. The theoretical contributions is composed by Foucault (1979, 2006, 2014, 2017 e 2019) to discuss power relations, Brait (2018) and other authors to reveal their concept of social voices and symbolic constructions, represented in the rap; Del Priore (2004 e 2018), Pinsky (2014) and others who contribute to the history of women in society, Beauvoir (2016) and Butler (2017), Alves e Pitanguy (1991) and others to talk about feminism, Freud (2015 e 2017) to justify certain attitudes in the use of power and affections, Takeuit (2002) to define rap music. To achieve this our objectives, it was used the Federal Laws No. 11.340 / 2006 (The Maria da Penha Law) and No. 13.104 / 2015 (Femicide Law), to legally attest that violence, abuse and the crime of death (femicide) committed against women is criminalized, in Brazil. It is expected that this work may contribute to other academic studies, the which have violence against women, the manipulation and ruling discourse as a themes.

KEYWORDS: Feminism. Patriarchy. Femicide. Violence against women.

APRESENTAÇÃO

Engana-se quem pensa que a cor da pele é um dos maiores fatores contributivos para o “peso” de ser mulher. Nascer mulher, já é de certo, um árduo desconforto nesse cenário machista e patriarcal e por isso, eu não cresci diferente de nenhuma das muitas que me antecederam, talvez, o que nos extrema seja a liberdade, ainda que minúscula, de fala e de espaço.

Nascer nos anos 80 e beirar a adolescência no Século XXI, não fez da minha trajetória menos espinhosa do que as mulheres do século anterior, houve muito pranto para que eu finalmente pudesse compreender que o machismo não era algo restrito a mim, à minha família e sim, a uma cultura transgressora ao tempo.

Minha árvore genealógica paterna inicia com disparidade: de um lado o bisavô que era descendente dos portugueses-colonizadores e a bisavó indígena. E do outro, a bisavó que era herdeira de bordel. Os filhos (meus avós paternos) casaram-se fugindo à tradição das famílias patriarcais, em que a moça rica deveria ser cortejada por um rapaz de família semelhante, o qual administraria seus bens e faria o papel de tutor na ausência do pai. A quebra desse protocolo cultural resultou na privação do dote e da herança da minha avó, fato que culminou numa família constituída em miséria financeira.

Meu pai é o segundo filho dos dez irmãos frutos de um amor deserdado. Cresceu longe da educação e dos privilégios que a outra parte da família (rica) poderia lhe oferecer, conviveu com a embriaguez do genitor e sustentou a família desde os seis anos. Tornou-se depressivo desde muito cedo.

Meus avós separaram-se vinte e cinco vezes. Temente ao subjuízo social, minha avó conviveu por muitos anos com a violência doméstica e teve de separar os filhos para que pudessem sobreviver ao panorama desastroso que tornou-se seu casamento. Foi assim, que meu pai conheceu minha mãe, tendo sido criado por uma tia-madrinha desde os dezesseis anos, apaixonou-se pela vizinha.

Mamãe era noiva. De família com poder aquisitivo e patriarcalista, perdeu a mãe aos dezessete anos e desde então assumiu a responsabilidade de cuidar do lar e mais sete irmãos homens. Tornou-se professora de boas maneiras, corte e costura aos vinte. Ensinar as moças a serem “mulheres para casar” fazia parte da sua rotina e lhe rendia muitos pretendentes, já que isso era pré-requisito para uma aliança conjugal.

Apasionar-se por papai e fugir para casar-se, visto que no conceito do meu avô

(materno) ele não atendia aos critérios de “bom marido”, por ser pobre, deserdou-a também.

As perseguições familiares e as ameaças de morte por parte dos cunhados, tornaram meu pai cada vez mais depressivo e instigaram-no ao alcoolismo. Cresci num lar onde meus outros cinco irmãos saíram cedo de casa para trabalhar e ajudar nas despesas e eles apanhavam, junto a minha mãe, todas as vezes que meu pai chegava embriagado em casa. O que já era constante em meus seis anos de idade. Presenciei muitas surras, embora nunca tenha apanhado dele. Vi minha mãe em subserviência, de joelhos, lavar os pés dele, embriagado. Várias vezes, a ouvi ceder sexualmente por medo de morrer e nada pude fazer.

Diferente da minha avó (paterna), ela não separou-se, por motivos que hoje, adulta, só compreendo através das leituras e pesquisas que fiz.

Sempre atribuí essa submissão a uma espécie de amor, embora nunca tenha encontrado definições reais para isso. No entanto, quase agora, compreendi que muitas mulheres se aprisionam a determinados casos na esperança da mudança do companheiro. Algumas internalizam uma culpa que não lhes cabe, acomodam-se por conta dos filhos, acham que aquilo faz parte de um manual de “ser mulher”, inclusive porque cortar laços (ainda mais matrimoniais) exige muita coragem, já que é a mulher que cresce acreditando no mito do “felizes para sempre” e no príncipe encantado. A quebra dessa idealização é torturante e não acontece do dia para a noite.

É a mídia que diz ao homem que ele pode ser feliz de várias maneiras: com um carro novo, um trabalho, com mulheres, bebida e festas. Impõe à figura feminina uma felicidade atrelada à família e afazeres domésticos. Manipulando assim, a ideia de que não há alegria fora dos relacionamentos, por mais abusivos que sejam.

É um ciclo de violência apoiado socialmente. Desconstruir isso leva tempo. Compreender que nosso corpo e nossos atos não dão direito ao outro agir de maneira machista e violenta é uma luta, também, interna, sangrenta e dolorosa.

Expulsa de casa por perder a virgindade aos dezoito anos, vítima de um estupro, nunca denunciei o criminoso, porque temia um feminicídio devido a sua influência política e só consegui falar abertamente sobre isso, muitos anos depois. Hoje, o assunto não me assusta, mas, precisei matar muitos fantasmas para aceitar que eu não motivei tal violação. E que o fato de eu ser mulher não me coloca à disposição da impetuosidade alheia.

Falar disso se faz necessário num cenário em que a mulher é subjulgada e muitas vezes se autoculpabiliza pelos abusos sofridos. Silenciar minha experiência poderia ser uma opção, no entanto, faria de mim apenas mais uma mulher na estatística das violências. Prestar meu depoimento e manifestar a minha superação, canalizada às pesquisas voltadas a essa

temática, é a resposta mais sensata que eu posso dar aos discursos machistas, que certamente manifestarão sua intolerância pelo fato, apenas, de eu ser uma mulher que defende a liberdade do próprio corpo.

Estudar a Análise do Discurso me permitiu enxergar as causas femininas como uma oportunidade de entender minha própria vida. Ler e pesquisar sobre isso através de grandes teóricos como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Mary Del Piori e Michael Foucault, ajudaram-me a deixar o fardo “de ser mulher” mais leve e motivaram-me a não ser indiferente ao cenário atual, quando inúmeros casos de malevolência são noticiados diariamente e apesar de tantas lutas/conquistas dos grupos feministas, se constata que a maior parte dos atos de feminicídio partem de situações reincidentes.

Portanto, discuti-los nunca foi tão necessário. Tratar dessa temática através da música não é aleatório, já que ela é um instrumento de forte significação pessoal e social: representa exemplos de situações cotidianas e remete às realidades coletivas, tantas vezes desconhecidas e/ou silenciadas. Além disso, o gênero permite que o sujeito tenha contato com ele em circunstâncias diversas, visto que além de atemporal, não é necessário um lugar, horário ou material físico específico para se ter acesso, ouvi-lo, compreendê-lo.

A música está constantemente presente nas nossas vidas, seja nos momentos tristes, alegres, saudosistas ou reflexivos, ela nos proporciona a interpretação além do que está na letra, porque carrega as marcas históricas, sociais, culturais, geográficas e cronológicas de determinados discursos. Assim, o público, a faixa etária, e as influências de mundo, induzem à tal identificação do sujeito com a letra, a melodia e o ritmo de cada obra.

Intencionalmente, o refrão também age como fixador da mensagem, seja ela positiva ou não. Isso porque a identificação, algumas vezes até inconsciente, nos assemelha à experiência do *eu lírico* como uma representação concreta daquilo experimentado.

Em conversa informal com as vocalistas do grupo *Atitude Feminina*: Helena Rosa Silva e Ana Cecília dos Santos, no qual uma delas, é a compositora do *rap* que tomaremos como *corpus* dessa pesquisa, constatei a veracidade do que supracitei aqui. Foi a vivência familiar com um pai alcoólatra e uma mãe que apanhou muito dele, além de exemplos de diversas vizinhas que foram mortas por seus companheiros, que motivaram Ana Cecília a expor essa realidade. Ainda mais, por ser de uma comunidade pobre e o *rap* funcionar como um mecanismo de representação social.

Trazer essa letra para a discussão a respeito da violência contra a mulher e do feminicídio tão recorrente, é apenas uma forma encorpada de exemplificar o debate a respeito de práticas machistas, possessivas e hegemônicas, em que se romantiza o abuso e normaliza-

se a morte feminina (ainda que simbolicamente) como um ato amoroso.

Mesmo sabendo que esta não é a primeira pesquisa relacionada à temática, espero contribuir com estudos posteriores ao meu, através da soma das leituras aqui apresentadas e da grande vontade que tenho em despertar nas mulheres o impulso de ser o que quiserem ser, amar quem quiserem amar e serem livres para decidir o momento de ficar e de partir.

*Queriam que ela fosse do lar,
Mas, ela era do ler
E com essa liberdade, ela era de onde quisesse ser.
(Alle Barbosa)*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 INFLUÊNCIAS HISTÓRICO-CULTURAIS.....	22
3 O DESTINO DE “SER MULHER”.....	29
3.1 O “sexo frágil”.....	34
3.2 A felicidade inventada.....	36
3.3 (Des)estrutura familiar.....	40
4 A MULHER OBJETIFICADA.....	44
4.1 Amar e (não) sofrer.....	47
4.2 Leis de Proteção à mulher.....	51
5 O DISCURSO MACHISTA E A MANIPULAÇÃO EM MASSA.....	60
5.1 A romantização do abuso	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXO	69
Letra do <i>rap</i>	70

1 INTRODUÇÃO

Nunca se falou tanto em violência contra a mulher quanto na atualidade, isso porque consequentemente o número de casos de violência e de feminicídio tem crescido significativamente nos últimos anos. No entanto, pouco se trata das razões pelas quais enclodem nesse aumento. Mesmo sabendo-se que o agressor espanca, violenta e mata em nome “do amor”, visto que sente-se proprietário da vítima, ou pelo fato de parecer (física e/ou financeiramente) superior a ela, quase nunca se discute o que leva ao fortalecimento desse discurso materializado em atitudes violentas e em que circunstâncias psicológicas elas se edificam.

Desse modo, nos ocorre a seguinte indagação: por que, mesmo com inúmeros casos midiáticos e tantos estudos a respeito da violência contra a mulher e do feminicídio, o número de casos têm aumentando significativamente na atualidade?

A nossa hipótese é que existe uma manipulação do discurso, do ponto de vista ideológico, a partir de um viés social, cultural e/ou psicológico, em que o dominador utiliza-se do discurso secularmente conservado de que o homem é o detentor do poder, ou usa o amor como “escape” para exercer autoridade sobre a vítima, que por sua vez, passa a acatar o sofrimento em nome da crença sentimental e/ou comodidade material¹.

Inúmeros são os trabalhos de pesquisa ligados à violência e ao feminicídio que ganharam notoriedade desde que o caso de Maria da Penha² tornou-se Lei e após o fortalecimento dos movimentos feministas em 2015³. Mas, o nosso, de maneira holística, busca considerar o discurso de poder numa esfera psicológica, que agindo pelo signo ideológico atribui ao homem um lugar de superioridade.

Ainda que o nosso *corpus* represente a camada pobre e periférica, as influências sociais são lineares às camadas mais altas. Indistintamente, onde houver um homem, pobre ou rico, negro ou branco, a referência dele em relação a mulher, rica ou pobre, branca ou negra,

¹ Apoio econômico, uso da força física, estabilidade social.

² Maria da Penha Maia Fernandes é a mulher cujo nome se deu à Lei de proteção às vítimas de violência doméstica no Brasil, pois, ela lutou mais de 19 anos para que o seu marido fosse punido pelas sequelas físicas e psicológicas.

Fonte: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>

³ Os movimentos feministas de 2015 enclodiram no Brasil, após atos políticos para a retirada da Primeira Presidente Mulher: Dilma Rousseff, a substituição do cargo pelo seu Vice: Michel Temer e, posteriormente, a eleição do então Presidente, Jair Messias Bolsonaro, parlamentar que, além de depreciar a figura feminina em Tribuna, responde a vários processos de machismo contra colegas de trabalho.

será a mesma; porque não será (neste caso) a classe social ou a cor da pele que irá desigualar homens e mulheres, mas o gênero biológico que torna o homem detentor de uma soberania dada ao longo de toda a história da humanidade.

Não há como estudar o discurso sem levar em consideração os elementos históricos, sócio-culturais e psicológicos, que acarretaram na estruturação dos enunciados. Bakhtin (2003), defende a análise da linguagem a partir de categorias de discursos cotidianos: artísticos, filosóficos, científicos ou institucionais. E nos faz repensar o enunciado como a materialização do discurso. Uma interação entre aquele que expõe o discurso e aquele que o recebe.

Essa dialógica, portanto, nos permite refletir feminicídio como uma consubstancialização do discurso de poder. Isso porque, apesar de as obras do *Círculo de Bakhtin* terem se fundamentado em estudos literários, ao longo do tempo foram amplamente compreendidas como noções aptas à linguística, claramente evidenciadas quando o termo “metalinguística” vem à tona na análise do discurso *dostoievskiano*, por Bakhtin (1981/2008).

A abrangência de uma língua concreta e viva, que tratará das relações dialógicas que, embora pertençam ao campo do *discurso*, não pertencem a um campo puramente linguístico de seu estudo (BAKHTIN, 2008, p. 208), nos permite enxergar que o discurso pode ultrapassar o campo da linguagem falada e da escrita, para transmutar-se ao ato.

Sendo ele formado a partir de fenômenos ideológicos presentes nos signos linguísticos, o discurso, consiste na sustentação das relações de domínio e por essa razão perpassa séculos, mascarado inconscientemente. Pêcheux (1988) coloca isso como uma verdade evidente, já que é a ideologia que gera a produção de sentido e a construção do sujeito, embora operando de maneira oculta.

A análise desse discurso manipulativo-dominador só é possível a partir de uma ideologia ocultada, só é possível quando tomamos por base a hipótese bakhtiniana de que a persuasão consiste em elementos como *entonação*, *bivocalidade*, *dialogia* e *palavra autoritária*⁴, características de um sujeito que exerce atitudes manipuladoras e agressivas.

Quando selecionamos o *corpus* desse trabalho, enxergamos além da representatividade que o gênero musical *rap* tem em relação aos demais, já que consiste

⁴ Referentes ao conceito de polifonia, a fim de compreender que o discurso revela uma forma de produzir sentido a partir do ponto de vista do diálogo, da entonação da voz, ideologia e autoridade que a palavra representa. (BRAIT, 2018)

aglutinação de um movimento cultural jovial, surgido nas periferias como marca de expressão popular sobre assuntos sociais; ser também uma produção literária baseada na realidade marginal e oportunizar a resistência feminina; observamos, ainda, a maneira com que os elementos persuasivos dão forma ao discurso masculino de dominação. Os diálogos se entrelaçam construindo uma espécie de “colcha de retalhos”, dando a entender como se concretiza a manipulação no discurso de poder.

A arte tem se tornado uma das formas de manifestação contra o tipo de discurso opressor que consolidou a construção histórica e social brasileira. E apesar de ter iniciado por homens, tem dado oportunidade às mulheres periféricas e negras, a ocuparem um espaço de protagonismo; denunciando casos de violência e abuso que inúmeras vezes a mídia não mostra.

O *rap* é um estilo musical, surgido *a priori* na Jamaica, em 1960, depois, foi levado para o subúrbio dos Estados Unidos, no início da década de 70 e chegou ao Brasil em 1986⁵, com o objetivo de retirar os jovens periféricos da invisibilidade e denunciar injustiças sociais. Com tom de voz “agressivo”, surgiu a atribuição de “gente pobre e violenta”, segundo Takeuti (2002, p. 153), o que “potencializou à estigmatização e o desprezo social”, por isso, a condição de marginalização em que as classes não “encaixadas” num padrão, tornaram o ambiente da periferia um lugar para a socialização das criações, que embora engendrados na pobreza funcionam como um discurso de denúncia além-classe, do qual Deleuze (1994) caracteriza como “micropolítica”.

Essa micropolítica é exatamente o que Foucault (1979, p. 289) expõe como “O interesse individual — como consciência de cada sujeito constituinte da população — e o interesse geral — como interesse da população [...]”, ou seja, diferentemente de outras relações de poder, aqui há uma consciência mais clara e socializada daquilo que se quer através do discurso político, mas não aquele que indica governança, longe disso, é o discurso de natureza social e corroborativa com situações cotidianas de interesse mútuo. Takeuti (2002) diz que o *rap* é a arte que possibilita “novos modos” de estar na sociedade, de pensar e lidar com a realidade social, talvez, refazendo a margem pela arte e pela política, desse modo, esse processo, sobretudo de resistência, evidencia a “voz” daqueles que por alguma razão, vivem à sombra do medo da exclusão.

O espaço geográfico da periferia surgiu em meio ao crescimento industrial, a partir da imigração dos trabalhadores rurais e de outras regiões do país para a construção dos

⁵ Fonte: <https://www.suapesquisa.com/rap/>

grandes polos. A vida urbana trouxe dezenas de centenas de famílias em busca de melhoria financeira, logo, pelo alto preço dos aluguéis em cortiços e pensões, os trabalhadores construíam suas casas para refugiar o restante da família trazida na busca de ascensão, nos arredores dos centros urbanos. Então, na parte mais alta e afastada das cidades, surgiram as comunidades de gueto⁶.

O *rap*, que temos como *corpus* desta pesquisa, envolve alguns recortes de fala, que segundo Ana Cecília⁷, foram retirados do Programa Globo Repórter, da Emissora Globo⁸. O primeiro recorte, aparece na introdução do *rap*, citando o índice de agressões sofridas por mulheres no Brasil, diariamente. Depois, o depoimento de uma atriz anônima⁹, simbolizando a Senhora Eulália dos Santos, mãe de uma das integrantes do Atitude Feminina, que além de sofrer várias agressões por parte do marido, deu a luz a uma criança morta, após um espancamento.

A opção por ocultar o nome da protagonista no *rap* é uma maneira de preservar a imagem da vítima inspiradora, mas também é a representação de todas as outras mulheres que se identificam com a narrativa.

“Rosas” é um *rap* que nos faz analisar a situação de muitas mulheres que vivem ou foram (através da morte) silenciadas, que desejavam tanto a libertação da vulnerabilidade, e que mesmo tendo exemplos bem próximos, e/ou próprios de violência doméstica, deixam-se iludir pela expectativa de uma realização pessoal baseada no casamento, e mesmo depois de serem espancadas se permitem manipular pelo discurso da culpabilidade, configurando o domínio masculino como um “apesar de tudo”, acreditando que o “resgate” da realidade caótica, supera a impetuosidade do marido e é o único passe para a felicidade.

Foi levando isso em consideração que, esta pesquisa se deu pelo métodos dedutivo e bibliográfico, uma vez que, utilizamos o conhecimento disponível em livros, artigos e documentos jurídicos para justificar o discurso da vítima do *rap* “Rosas”, mas sob um olhar diferenciado, acreditando que houve um viés manipulativo que levou a protagonista a acreditar na possibilidade de uma vida feliz ao lado do seu algoz, tanto que, mesmo pós-túmulo ela ainda crê nos atos dele, em nome do amor.

Minayo (2010), declara que é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais e expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada

⁶ Fonte: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25904/25904.PDF>

⁷ Compositora do *rap* e integrante do Grupo Atitude Feminina

⁸ Mas, não encontramos nenhuma matéria que possua *ipsis litteris* o trecho que inicia o *rap* “Rosas”, nem a compositora lembra a data exata da divulgação da matéria.

⁹ Contratada pela compositora para representar a voz da Mãe (inspiração para a composição do *rap*).

realidade. A realidade das vítimas de feminicídio raramente são observadas pela ótica de que a tortura pela qual perpassam faz parte de um discurso materializado gradativamente ao longo dos séculos, a partir de certas ideologias de domínio meramente institucionalizadas.

De acordo com Galliano (1979, p. 39), “a dedução consiste em tirar uma verdade particular de uma verdade geral na qual ela está implícita”. Essa dedução foi comprovada a partir de todo o levantamento que fizemos para defender a tese de que o feminicídio é, portanto, a materialização do discurso de poder no seu mais alto grau. Assim sendo, parte de ideologias intrínsecas de maneira muito sutil e justificada pelo viés cultural, histórico e psicológico.

Desse modo, a múltipla aquisição de informações que justificasse a tese defendida de maneira qualitativa, cuja ênfase se dá em confirmar a hipótese levantada, tivemos como enfoque duas vertentes de análise: a primeira bakhtiniana, entendendo a palavra como signo ideológico e a segunda, foucaultiana para explicar as relações de poder.

O interesse por esse campo de pesquisa surgiu, inicialmente, a partir das aulas de Linguística III, destinadas à Análise do Discurso, nos mais variados gêneros discursivos. No entanto, quando o Departamento de Letras ofereceu cadeiras e cursos de extensão voltados aos estudos de gêneros e questões femininas/feministas, houve um impulso maior pela investigação das causas da violência contra mulher e feminicídio, observando as relações de poder que há na opacidade do discurso.

A escolha de um *corpus* que abarcasse elementos importantes para uma análise satisfatória, não foi casual, visto que além de ser um gênero discursivo poético, propagado constantemente pelos grupos mais jovens, o *rap*, estabelece relações de interesse social, por meio da manifestação da linguagem marginal e do discurso de denúncia. Esse gênero discursivo é um dos mecanismos mais atuais para dar “voz” às mulheres vítimas de preconceito e machismo e por isso, deve ser estimulado a estudos. Sendo assim, fizemos uma leitura analítica e interpretativa, buscando diluir a análise dentro da fundamentação teórica.

O *rap* intitulado “Rosas”, do Grupo Atitude Feminina, lançado em 2000, teve como inspiração a realidade das quatro garotas participantes do grupo (Aninha, Hellen, Giza Black e Jane ex-Veneno)¹⁰, que presenciaram as mães e vizinhas sendo espancadas e mortas por seus companheiros¹¹. A letra traz à tona a violência sofrida por dezenas de mulheres, que não somente vivenciam uma realidade social periférica, todos os dias, como também são abusadas, violentadas e/ou mortas, pelo simples fato de “ser mulher”.

¹⁰ Nomes artísticos

¹¹ Relato da compositora e integrante Ana Cecília, a Aninha.

Assim, definimos como objetivo geral: analisar como o discurso de poder, alicerçado na palavra, enquanto signo ideológico e firmado em atitudes machistas, toma forma e se naturaliza em relações abusivas. Especificamente, buscamos (1) refletir sobre as relações de poder no *rap* “Rosas” do Grupo Atitude Feminina, a partir da dialetologia bakhtiniana; (2) discorrer sobre violência e feminicídio com base na cultura patriarcal; e (3) discutir de que maneira as relações de poder se solidificam entre homem e mulher, levando em consideração o signo ideológico apresentado pela teoria bakhtiniana.

Tomamos como aporte teórico Foucault (1979, 2006, 2014, 2017 e 2019) para tratar das relações de poder; e apresentamos por Bakhtin (1979, 1981, 2003 e 2008), Brait (2018) e outros estudiosos para conceituar as vozes e as construções simbólicas, presentes no *rap*; Del Priore (2004 e 2018) e Pinsky (2014) e outros que contribuíram com a história da mulher na sociedade; Beauvoir (2016), Butler (2017), Alves e Pitanguy (1991), entre outros, para falar de feminismo; Freud (2015 e 2017) para justificar certos comportamentos no uso do poder e dos afetos; Dahlet para definir o gênero musical *rap*. Também consultamos as Leis Federais nº 11.340/2006 (Maria da Penha) e a nº 13.104/2015 (Lei de Feminicídio), para atestar, de maneira jurídica, que a violência, o abuso e o crime de morte (feminicídio) cometidos contra a mulher são punidos, no Brasil. Esperamos que este trabalho contribua de maneira relevante para outros estudos acadêmicos, que tenham a violência contra a mulher, o discurso de manipulação e a materialização do discurso de poder como temáticas.

2 INFLUÊNCIAS HISTÓRICO-CULTURAIS

*[..]e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente,
isso foi o seu nome.
(Gênesis 2:18)*

*Queria saber, depois que se é feliz o que acontece?
O que vem depois?
(Clarice Lispector)*

Desde os primórdios da existência humana, aprendeu-se que “ser mulher” é, antes de tudo, carregar um “fardo”, que começa a ser tecido pelo viés do discurso religioso e como uma “colcha de retalhos” vai se engendrando até denominarmos de machismo, sexismo, misoginia, etc.

No “mito” de Adão e Eva, além de ela ser representada como aquela que induz o homem ao erro, já que foi a precursora da desobediência, provando do fruto proibido, símbolo do pecado, ela existe como figura secundária na criação divina, uma vez que o primeiro a ser criado por Deus teria sido Adão. Considerada por São Tomás¹² como um “homem incompleto”, um ser “ocasional” e por Michelet, como um “ser relativo”¹³, já que de acordo com o livro de Gênesis¹⁴ teria sido extraída de uma parte (do corpo) do companheiro, não poderia ser considerada um ser autônomo, independente, e, portanto, nessa concepção, não se faria dotada de significação. Essa ideologia só fortalece a desigualdade de gêneros, colocando o homem num patamar de superioridade, enquanto a mulher passa a ocupar um espaço desprivilegiado e ínfimo, desde então.

Com a descoberta e comprovação de que o homem é o produtor de sêmen e responsável pela fecundação, a partir da introdução do pênis no corpo feminino, atribuiu-se à fêmea uma posição de inferioridade por não possuir Falo e não conseguir procriar sem a participação de um macho.

É a construção desse conceito de castração que Freud (2015) caracteriza a formação sexual do sujeito desde a infância, e que Foucault (2017) corrobora relacionando como o princípio das relações de poder.

Nota-se, por exemplo, que em ligações mais conservadoras, a copulação é realizada com a mulher sob o homem, reafirmando a posição de liderança do parceiro, além de o desejo sexual feminino ser reprimido como algo incomum e pecaminoso, já que nesse tipo de

¹² Usado com letra minúscula pela autora.

¹³ São Tomás e Jules Michelet são citados por Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo* (2016, p.12)

¹⁴ Gênesis 2:18-24

relação, não há o interesse pela satisfação mútua e sim, pela obrigatoriedade das alianças.

Na Antiguidade, por exemplo, a maioria dos atos sexuais heteros só aconteciam em detrimento à reprodução e posterior a um rito matrimonial, em que as famílias discutiam as vantagens de tal união. Para Butler (2017, p. 77) com base na tese de Lévi Strauss, a mulher era vista como “um signo de valor”, porque assegura a reprodução do nome do clã masculino destinado a ela, e porque o casamento sempre foi o dispositivo que uniu os interesses nas relações de poder. Foucault (2017, p. 115), chama de “dispositivo de aliança”, pois indica um sistema de união através da fixação e do desenvolvimento dos parentescos e da garantia e administração de bens, tendo a mulher como moeda principal.

De acordo com Foucault (2019, p. 158), desde a Grécia antiga, passou-se a considerar o sêmen como “uma gota de cérebro”, acreditando que o esperma “viria da cabeça e desceria pela medula, até as partes inferiores do corpo”. Portanto, desposar a mulher dependia de propagação da linhagem e da manutenção intelectual do homem como um pacto financeiro, através dos filhos. Para Foucault (2019, p. 94) pela chamada “transação privada”, o pai transferia para o cônjuge da filha a tutela dos bens e o poder sobre ela, que na ausência de ambos, seria cuidada pelo filho (homem) mais velho ou genro.

Daí a importância de uma constituição familiar e do subjugamento da mulher estéril ou que não possuía descendência masculina, como amaldiçoada, pois, na falta do pai e do marido e, respectivamente, filhos, não teria nenhum homem comendo-a. Em função disso, a união entre parentes acontecia com frequência, mas esses casos tidos como incestuosos, só vieram a ser discriminados pela Igreja a partir da Idade Média. Conforme Narloch (2013, p. 45), essa prática ainda acontecia porque “pouca gente perdia tempo contando o grau de parentesco e ter parentes como noivos era uma tática pra manter propriedades”.

O conúbio para a classe abastada representava essa acumulação de bens materiais, terras e dinheiro, mas para a classe pobre era a mão de obra da mulher e dos filhos que assegurava ao homem, o “lucro” pelo tratado. Razão pela qual, antes do Século XV, não há registros históricos de conjúgios dentre quaisquer classes sociais, por amor, o que não significa a ausência de casos extraconjugais dotados de sentimento, mas ratifica o casamento como um pacto monetário.

À parte os acordos monetários travestidos de enlace, os casos de homossexualismo e orgia eram encarados com habitualidade na história das civilizações gregas e romanas, visto que, sendo o sêmen, considerado parte do cérebro masculino e o ato sexual representar também, o compartilhamento do intelecto e qualidades virtuosas, não significava, apenas, um instinto, mas uma espécie de rito filosófico e troca de poder entre dois (ou mais) homens.

Com a Santa Inquisição, a Igreja reforçou ainda mais o discurso de condenação à homossexualidade e o sexo anal como “aberrações”. Primeiro, pela semelhança animalésca que se comparava à copulação dos irracionais e depois pelo fato de que, nos casos masculinos, por exemplo, o sujeito passivo se colocava numa posição de submissão, já que recebia a introdução do Falo do parceiro ativo, e isso o assemelhava previamente à figura feminina.

Embora, já houvessem indícios de casos de lesbianismo na Antiguidade, isso era mirado com indiferença, primeiro, porque não se pensava na mulher praticando sexo por prazer, já que ela era julgada como uma “máquina” de procriação, e segundo, porque não consideravam-na como um ser intelectual. Daí, duas mulheres praticando sexo não representava ameaça, já que não poderiam trocar conhecimento e austeridade pela falta simbólica de Falo. Dessa maneira, dormir em quartos separados garantia a privacidade da vida sexual do casal que desejava manter acordos comerciais entre as famílias e vivenciar o prazer com parceiros distintos (inclusive os servos), comumente, sem adversidade.

Mas, a partir da Idade Média, estes casos também passaram a ser condenados socialmente, porque a mulher ativa era comparada ao homem a partir do uso de objetos ou dos próprios dedos para a representação do Falo e isso era inadmissível, visto que apenas a figura masculina poderia dar significação a tal representação de poder. Razão pela qual, a sociedade contemporânea ainda condena as lésbicas masculinizadas.

No entanto, essa discussão só ganhou notoriedade a partir dos movimentos feministas no Século XIX e estudos da(s) sexualidade(s) mais recentes, a partir da década de 60, no Brasil, trazidos pelas discussões acerca da teoria de *Simone de Beauvoir*, na década de 40, do “tornar-se” mulher. Passando a observar que a mulher também tem a permissão para decidir aquilo que deseja e deveria ter a liberdade de decidir as regras do próprio corpo, não sendo reconhecida, apenas, como um ser sexuado, no mundo.

Embora o foco da nossa abordagem não seja a(s) sexualidade(s), não haveria como dar vazão aos casos de violência e feminicídio, representados pelo *rap* analisado, sem que refletíssemos a maneira com que a figura feminina fora vista ao longo da formação social. Beauvoir diz:

A história mostrou-nos que homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. (2016, p. 199)

Apesar de os Movimentos Feministas surgirem como um divisor de águas no início do Século XX e trazerem uma certa autonomia à figura feminina, permitindo-a ocupar

espaços e dividir direitos e privilégios meramente másculos, a demarcação de um discurso machista apoiado equivocadamente numa base histórica-sexista, ainda toma como verdade as justificativas aqui citadas para tornar a mulher o objeto de governança masculina.

Dado ao fato, sugerido por Brait (2018, p. 160), que segue a lógica lacaniana de que a “referência imaginária do ser humano está centrada na imagem do semelhante” e por conseguinte, toda mulher configurar à imagem da Eva-indisciplinada, há num pensamento machista na alegação do Deus-punitivo representado pelo dominador.

De acordo com Bakhtin (1979, p. 5), “a necessidade do outro é estética: a necessidade de uma participação que vê, que lembra, que acumula e que une ao outro é contínua”, sendo assim, nas relações abusivas, o homem se coloca como detentor do poder que lhe foi conferido socialmente para assegurar que “a vontade divina seja cumprida”, porque ali, se vê como o próprio Deus. Ainda numa noção bakhtiniana de “ideologema”, esse sujeito representa um ponto de vista que obstante particular no mundo, parte do interesse de um senso comum, formado a partir da construção sócio ideológica, ao longo dos anos, uma vez que, todo discurso parte de algo que fora dito anteriormente.

Segundo Narloch (2013) com o Iluminismo, a Igreja passou a conceituar uma definição de trevas após o desencarne como consequência à violação da sua doutrina. A possibilidade de ir para o inferno, além de aterrorizar os cristãos, a fixava como Instituição política, decidindo sobre a vida (e a morte) das pessoas e aplicando correções que lhe convinham como justas, considerando o matrimônio como um rito sagrado e privado a ser permitido e celebrado, apenas, pelos representantes de Deus dentro dessa Instituição e que designava à mulher “a mácula da culpa original”, de acordo com Beauvoir (2016, p. 116), admitindo que a mulher casada legitimamente, desfrutasse do paraíso celestial após a morte.

Foucault (2019, p. 95) fala da cerimônia religiosa como a “evolução de um recurso meramente familiar, passando a representar um ato cívico”, baseado nos ritos alexandrinos, mas agora, sancionado pela sociedade através de um padre, como representante de Deus e dos homens num só. Foucault afirma:

Notaria apenas que [...] o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se derrama e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revela logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com poder. (1979, p. 9)

Sendo assim, o uso do discurso religioso assegurava que a hegemonia masculina fosse mantida e a confiança nele, determinava o funcionamento do poder que a Igreja tinha

sobre a sociedade. Quando ela passou a dirigir a aristocracia, construiu-se a idealização romântica sobre o casamento, que passou a representar para a mulher, se não um conto de fadas, o único destino àquelas que, ocupando socialmente um “padrão” de beleza, costumes, cultura, discricção e obediência, atendiam ao “modelo” virtuoso instituído pelos dogmas sociais e morais impostos em nome da Fé, estabelecendo que a subserviência à figura encarnada de Deus, representada pelo homem, não as faria sofrer nenhum tipo de retaliação ou ira divina.

O condicionamento de regras pelos sujeitos que detém o poder conjura aos demais que “se não for, de início, qualificado a fazê-lo, não entrará na ordem do discurso”. Foucault (1979, p. 35), considera que a moralidade feminina era uma das principais faculdades para a sanção e/ou a dissolução do matrimônio. Sendo ela punida com a morte na fogueira, forca ou guilhotina.

Por essa razão, muitos homens que desejavam contrair outra união e não tinham como expungir o sacramento anterior, submetiam a mulher a julgamento social, chefiado por um diretório religioso, caso houvesse uma mínima prova de aleivosia, mesmo que sob alegação verbal, a mulher era condenada e morta em ato público, para exemplo às demais.

No período de “caça às bruxas”, entre os Séculos XV e XVII, acreditava-se que a paixão era uma subversão à ordem social; as mulheres eram vistas como feiticeiras, porque de acordo com Federici (2017, p. 343) “do ponto de vista ‘funcional’, não havia diferença entre um homem castrado e um inutilmente apaixonado”. A ideia de um perigo público a partir de uma sexualidade feminina ativa, induzia os homens a temer as mulheres, vendo-as como destruidoras. Federici (2017, p. 338) lembra que havia o conceito de que “supostamente uma bruxa poderia castrá-los ou deixá-los impotentes”, e isso destruiria a supremacia masculina e arruinaria as relações de gerência, já estabelecidas. O medo, em resumo, era da perda do *status* de poder, representado simbolicamente pelo órgão sexual.

A promessa de uma nova sociedade, a partir do desenvolvimento capitalista na Europa, permitiu que as mulheres ganhassem um espaço de trabalho fora do lar e competissem, de certa maneira, com a predominância masculina a partir da Revolução Industrial; entretanto, “eram consideradas pelos patrões como dóceis e fáceis de manipular, acostumadas a obedecer.” (PERROT, 2005, p. 170). A autora afirma que, a herança histórica tinha-lhes ensinado a reverenciar o homem em soberania. De acordo com Beauvoir (2016, p. 80), “a musculatura, seu aparelho respiratório, não tão desenvolvido” contribuía para esse pensamento desprezível de “sexo frágil”, e reafirmando o pensamento grego de que, além de intelectual, fisicamente, a mulher era inferior ao homem.

A Revolução Industrial acarretou sérias mudanças no patriarcado; a mulher que, antes cuidava apenas do lar, da agricultura e das atividades da casa, com a saída dos companheiros para as fábricas, também foi obrigada à migração para a cidade. E a “base do sistema doméstico”, citado por Federici (2017), foi abrindo espaço para a “economia informal”, com a venda de utensílios em feiras livres, pequenos comércios administrados por elas e posteriormente, nas próprias fábricas.

Embora já surgissem alguns pequenos e isolados movimentos, a participação das mulheres na Revolução Francesa indicou um marco para a história do feminismo. Isso porque a atuação direta na Assembleia constituinte, a criação de jornais, publicação de escritos sobre a Revolução e organização de movimentos de reivindicação de direitos igualitários, civis e políticos, tais como: o fim da prostituição, dos maus-tratos e dos abusos no casamento, davam início ao que ficou conhecido como “feminismo moderno ou feminismo de primeira”, como afirma Baggenstoss (2017), e precedeu a abertura de espaços e voz. No entanto, ainda, branco e hetero.

Uma segunda fase do feminismo ocorreu posteriormente em 1791, com a Declaração dos Direitos da Mulher, dando-lhes “liberdade, propriedade e direito à resistência e à opressão”, coloca Baggenstoss (2017 p. 126). Mais tarde, com a publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1948, refletindo a hierarquização e a heterodesignação, a partir da célebre frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se”, começou a se pensar na mulher enquanto gênero, não do ponto de vista biológico, mas enquanto signo de valor.

No Brasil, apenas a partir da década de 60, o movimento começou a ser consolidado e mais recentemente, em 2006 com a criação da Lei (nº 11.340) Maria da Penha, que apoiava as mulheres vítimas de abuso e violência doméstica, com a punição do agressor é que começou a se pensar em políticas públicas de direitos. Em 2015, diante do cenário político e socialmente violento, é que voltou-se a debater sexismo, misoginia, preconceito, abuso e feminicídio, tornando o ato, inafiançável e prisional.

Antes disso, podemos destacar algumas fases, no Brasil, em que a mulher fora vista de maneira oprimida e objetificada, como por exemplo, na chegada dos portugueses. Há registros históricos, como a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, em que se relata a exploração das índias, tanto sexualmente quanto em trabalho escravo. Del Priore (2018, p. 12) nos lembra que “a mulher índia sofreu influências da tradição religiosa ocidental”, isso porque com a catequização indígena, foram-lhes impostos além da língua, e da cultura, a religião com todas as regras com que as mulheres europeias eram educadas. Deixando-as longe da sua natividade e comprovando o poder do homem-conquistador.

Depois, com os cativeiros e venda de africanas trazidas para servir à burguesia vinda da província portuguesa e concomitantemente, com a vinda das portuguesas para o país e a instalação das famílias aqui, perpetuou-se a cultuação da figura feminina como a “rainha do lar”. Del Priore (2014, p. 11) relata que o papel da mulher era visto como sendo da “companheira, mãe ou filha” e que “a presença das indígenas favoreceram a miscigenação e o concubinato”. Podemos acrescentar as negras, vindas da África, que além de exploradas sexualmente pelos patrões, participava da pirâmide patriarcal como servente, dedicando-se a cuidar da Senhora, que apesar de branca, era tão escrava quanto ela.

Estas mulheres (as negras), mesmo após a abolição da escravatura, sofreram os resquícios do machismo patriarcalista “[...] os gestos mais diretos e a linguagem mais chula eram reservados as negras escravas e forras ou mulatas” (DEL PRIORE, 2014 p. 36). Segundo a autora, as negras continuam sendo vistas desse modo, seja por um discurso preconceituoso e/ou misógino, propagado culturalmente ao longo dos anos, não apenas pelo fato de ser mulher, ou de ser negra, mas por ser mulher e negra; ou pela força de trabalho mal remunerado, mais do que a mulher branca.

Takeuti afirma:

Mais do que ‘condição geográfica’, essa atribuição enunciativa quer, antes de tudo, expor, quanto mais extensamente possível, o seu *processo de subjetivação* que insiste em direções outras que aquelas impostas pela ‘sociedade oficial’, ou seja, um espaço de comum reconhecimento, de real pertencimento. (2002, p. 334)

Por essas razões, é que o protagonismo negro vem lutando por outros espaços que não sejam somente das periferias, o que é importante lembrar, que em estudos antropológicos, se caracteriza além de um espaço físico.

3 O DESTINO DE “SER MULHER”

Ninguém nasce mulher: torna-se!
(Simone de Beauvoir)

*Mulheres e solidão têm andado de mãos juntas.
As razões são múltiplas.*
(Mary Del Priore)

*Cinderela não tem nenhum plano ou projeto de vida,
além de ser salva pelo príncipe e se casar com ele.*
(Regina Navarro Lins)

Antes do avanço tecnológico, o principal brinquedo da menina, que desde o ventre da mãe foi vítima da imposição de cores para a reafirmação da sexualidade, era a boneca. O primeiro contato físico com a predestinação patriarcal transmitia-lhe que a mulher deveria ter e saber cuidar dos filhos.

Posteriormente, a responsabilidade de “rainha do lar” era representada pela casinha de brinquedo, panelas e jogos de chá. Na puberdade, quando o corpo começava a ganhar formas e os seios apareciam, o uso de sutiãs e cintas que os modelassem, eram entregues como uma ferramenta indispensável ao resto da vida.

Em determinadas culturas, sobretudo as que sofrem influências indígenas (já que as índias, geneticamente, não possuem pelos no corpo), a raspagem do pelo que recobre as regiões genitais, pernas e axilas, também eram incentivadas. Aqui no Brasil, com a justificativa de que o excesso de penugem diante do clima, resulta em mau cheiro e é uma questão higiênica. No entanto, não vemos nenhum comentário a respeito da depilação masculina, que salvo alguns casos midiáticos, quando ocorre, é encarada como uma referência à sexualidade.

Depois da menarca, quando a menina se “formava moça”, já que essa a expressão usada até o Século XX para as adolescentes que tinham a primeira menstruação, as mães lhes ensinavam a passar maquiagem, cuidar dos cabelos e pele, era um ritual que seguia geração após geração, indicando que o ato de “formar”, configurava estar pronta para “ser mulher”.

É esse “mito da beleza” que Wolf (2019) caracteriza como sendo a idealização ocidental de uma mulher “perfeita”, resultante na seleção e na exclusão sexual dela. Aos quinze anos, a jovem era apresentada à sociedade num baile de debutante e poderia, portanto, ser cortejada para conseguir casar. Essa construção identitária da mulher voltada subjetivamente a uma disputa para mostrar-se pronta a casar, segundo Louro (2017), é uma estratégia de poder, da qual os homens se utilizam para ter benefício.

Ora, se pensarmos bem, o fato de dizer socialmente “minha filha tornou-se mulher!” recai sobre o desejo de, através de um casamento, manter a aliança familiar garantida, e ainda que, aparentemente, a mulher tenha conseguido o direito de escolha do pretendente, ao longo dos Séculos, o anseio masculino continua o mesmo: a manutenção da linhagem.

Entretanto, é importante ressaltar que o mesmo não acontecia com a menina pobre. A mulher periférica sonhava desde cedo com a mudança de realidade. No primeiro verso do *rap*, encontramos o exemplo dessa mulher, revestida na ilusão do casamento como escape da vulnerabilidade vivenciada nos morros.

“*Tudo era lindo no começo, lembra?*” reforça o “caráter romântico, sensível e sonhador atribuído às mulheres” (PINSKY, 2014, p.70). A crença feminina está baseada num “príncipe encantado” em que, através do casamento realiza um rito de “salvação”. O desejo de sair daquela realidade descrita mais adiante no *rap* é o que leva essa mulher a crer naquilo que Bakhtin (1981, p.182) chama de “dialogismo”. O dialogismo, é portanto, todo enunciado em geral, “que não parte de um locutor individual, mas é produto da interação dos interlocutores”, afirma Bakhtin (1981, p.50). Sendo assim, consideramos que essa “fantasia” não é fruto apenas da expectativa dela de deslocamento, mas, da promessa discursiva dele, já que “quando falamos, não estamos sós”, (DAHLET 2015, p. 57).

Seguindo “*Das coisas que me falou, que era bom sedução*”, o verbo funciona como marcador temporal, para considerar que a idealização de um relacionamento com um “começo lindo” veio de um passado construído por “*uma história de amor, vários planos, desejo e ilusão*”. De acordo com Pinsky (2014, p. 70), “as mulheres vivem para o amor, mas trata-se de um determinado tipo de amor, voltado para o casamento tradicional, a maternidade obrigatória e as conveniências sociais”, ou seja, a história de amor que se espera e os planos feitos para o futuro, nada mais é do que o próprio ato de sedução, nesse caso, masculino. Por isso, para ele a sedução é algo bom. Enquanto a mulher pensa que a sedução está relacionada ao “jeitinho feminino”, elencado por Pinsky (2014, p. 78), como “o comportamento de carinho para manter a relação”, para ele a sedução está voltada às relações de poder exercidas sobre ela.

O homem seduz a mulher a partir do que ela almeja, para que ele possa manter-se na liderança da relação. Funciona como um ciclo. Ele a induz a crer que necessita dele para construir uma família, ser feliz e realizar-se como “ser” no mundo, já que essa é uma imposição social, mas, o fato é que o homem precisa dessa seguridade para uma governança, acreditando na liderança imposta culturalmente ao seu sexo biológico e ao seu papel de “macho”.

Dessa maneira, podemos afirmar que a conquista nos relacionamentos funciona como um “jogo de poder e desejo”, reconhecido por Foucault (2019) como uma proposição entre o verdadeiro e falso, nem arbitrária e nem modificável, no entanto, carregada de individualidade, estabelecido pela persuasão, da qual a teoria aristotélica faz uso para justificar que persuasão é um componente argumentativo utilizado para convencer o outro de que seu discurso parte de uma verdade e que a conquista faz parte de um jogo persuasivo.

Ferreira explica que persuadir é diferente de convencer:

O termo persuadir origina-se de *persuadere* (*per* + *suadere*). *Per*, como prefixo, significa “de modo completo”. *Suadere* equivale a “aconselhar”. [...] Persuadir contém em si o convencer (*cum* + *vincere*) [...] Persuadir: mover pelo coração, pela exploração do lado emocional (as paixões) [...]. Convencer: mover pela razão, pela exposição de provas lógicas [...] (2010, p. 15)

Ou seja, mais do que um ato de convencimento, persuadir é apresentar elementos de alegação que levem o indivíduo a acreditar que a decisão de crer na verdade do outro, foi tomada por sua própria vontade, sendo que, já havia uma premeditação para tal. Assim, Bakhtin (1979, p. 92) nos faz crer na consciência subjetiva do locutor, que não se utiliza da língua tal como de um sistema de formas normativas, uma vez que “tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados”, como também num contexto ideológico formado de palavras com uma função comunicativa.

A conquista pela persuasão levou a crer que havia uma possibilidade de sair daquela área, e, sobretudo, daquela vida de risco, e isso seria através daquele relacionamento, do amor. Paglia (1992, p. 13) diz que “a vida civilizada exige um estado de ilusão”, o que é o discurso de poder se não a esperança de que o “mito” se torne real?! Pela natureza da vida periférica e a marginalização atribuída à ela, qualquer que seja o discurso de mudança, é como uma boia jogada a quem deriva no Oceano.

“*E daí? Não tinha nada a perder, queria sair dali*”, nesse trecho, voltamos a reflexão trazida no levantamento histórico a respeito da realidade periférica, em que as oportunidades são ceifadas pelo espaço geográfico e condição de vida em que esses sujeitos estão inseridos. O cenário descrito adiante, “*aquele cheiro de maconha e o barulho de dominó*”, revela o ambiente de drogas e jogos de azar num mesmo local em que as crianças brincam na rua, a malícia e a inocência num mesmo *habitat*, como a contrastar a própria vida, uma representação de pobreza tão extrema, que naturaliza o cotidiano da favela, à mulher que sonha, que tem esperança, que alimenta-se da promessa masculina de mudança de vida “sem tiroteio, vingança”, de um futuro de Paz.

A indiferença, expressada pelo termo “*E daí?*”, transparece a ideologia que há

implícita na ilusão dos planos traçados anteriormente. É um discurso de ambivalência, como diz Bakhtin (2003), “são formas sintáticas da enunciação”, corroboradas pelas palavras de Brait (2018, p.161), “um mesmo mundo é nomeado de duas formas diferentes e duas linguagens são empregadas para falar dele”. Nesse caso, uma única expressão atribui uma carga semântica para dois entendimentos: o primeiro é de que ela não sabia que as promessas seriam vãs, apenas arriscou-se na relação porque não tinha nada a perder e a segunda é que ela sabia que as promessas eram fantasiosas e que por acreditar que não haverá nada pior à realidade vivenciada, iludir-se era o menor dos problemas. Há dois mundos contidos nesse pequeno enunciado: o real e o imaginário.

O real parte daquilo que ela experimenta, os conflitos por ser mulher (como veremos nas próximas estrofes), a vulnerabilidade, o desassossego, e o imaginário, é aquilo que ela busca para fugir da dita realidade, caracterizado por Freud (2017) como a necessidade de um amparo psíquico para a experiência esperançosa em relação à vida, seja através do êxito ou do fracasso.

Essa necessidade é alimentada pela visão patriarcal de que a mulher precisa do homem para manter-se segura, seja física, financeira ou moralmente. O ato de “salvá-la”, ingenuamente é encarado pela mulher como uma prova de amor. Para Pinsky (2014, p. 70), “as mulheres vivem para o amor”, e, segundo Del Priore (2017, p. 7), por serem “criadas em um mundo patriarcal e machista, não conseguem enxergar fora do foco masculino”, de algum modo, ter o homem como protetor, desenvolve, ainda que momentaneamente um *status* de poder sobre ele. Muito embora, seja equivocado pensar que nas relações de poder, o dominador se deixa dominar em algum momento. Bakhtin (2003) alerta que até mesmo a verdade é intencional, portanto, o homem-dominador, usa o artifício do cuidado para que a mulher sintasse-se além de acolhida, dominante, mas isso não passa de um método para continuar exercendo o poder sobre ela.

O exercício do poder através das palavras é a maneira mais sutil, ainda que perigosa, de realizar a dominação, visto que, dependendo da maneira com que são proferidas, podemos tomá-las como verdade. Bakhtin (1981) esclarece que na palavra falada é a entonação da voz que influencia o ouvinte ao objeto enunciado, já que a entonação remete a um lugar de memória acústica e isso pode induzi-lo a associar o que foi dito àquilo que a memória acústica guarda.

Sendo assim, ainda que Bakhtin (2003, p. 289) afirme que “a palavra” não tem autoria, “ela é de ninguém”, considerando o princípio do discurso sendo formado por um enunciado, que parte sempre de algo que fora dito antes. Nesse ângulo, confirmarmos que elas

(as palavras) não têm autoria, ao certo, por outro lado, em dado momento o discurso terá um interlocutor direto, e esse estará revestido ideologicamente por uma individualidade, utilizando a memória acústica do outro a seu favor, e organizando as palavras a partir do sentimento próprio de governança. Sob essa ótica, a palavra passa a ter um proprietário-momentâneo, já que, no instante da enunciação, o interlocutor se apropria de um discurso previamente articulado e usa estratégias de convencimento, tomando como legítimo, um pensamento que sendo verdade ou não, passa momentaneamente, a ser seu.

Usando o exemplo do “ser mulher” para atestar esse apontamento, não sabemos quem foi o primeiro indivíduo, que usando da palavra, ditou as “regras” sociais pelas quais secularmente se configurou esse estereótipo. No entanto, em cada época, em cada situação e em cada particularidade, um sujeito único, utilizou-se desse mesmo discurso para exercer as relações de poder diante de alguma mulher ou grupo (de mulheres) específico. O fato desse sujeito não ter sido o primeiro a proferir tal discurso, não o isenta do desejo e do ato de enunciá-lo, sendo naquele instante, proprietário dele.

No verso do *rap* analisado, o “ser mulher” está implícito no discurso do sujeito, lembrado pela parceira, a construção de uma identidade baseada nos ideais patriarcais, como um destino comum, até mesmo para as mulheres da atualidade, persuadida através da palavra.

3.1 O “sexo frágil”

Fragilidade, teu nome é mulher!
(William Shakespeare)

Dizem que a mulher é o sexo frágil[...]
(Erasmus Carlos)

*Se a mulher soubesse que sua força está na sua fragilidade,
dominaria o mundo.*
(Autor Desconhecido)

A construção de um estereótipo feminino voltado à fragilidade surgiu no Século XIX, em que a expectativa da mulher estava voltada às estórias em que princesas aguardavam o “príncipe encantado” para salvá-las do mundo cruel em que viviam e para casar-se. Mas, para isso, as mulheres teriam que atender a um determinado “padrão”; pele clara, cintura fina, pés e seios pequenos, cabelos longos. Daí, o modelo das princesas das estórias infantis, que motivavam o imaginário feminino desde a infância pela busca da “perfeição”, como objetivo de não ficar sozinhas e infelizes, como as bruxas; feias, gordas e desengonçadas, em sua maioria.

Lins (2013, p. 174) assegura que era “um tempo de temor ao desamparo”, por essa razão as mulheres se submetiam aos exageros na busca da personificação de uma fantasia amorosa. “O espartilho as torturava. Seu uso dificultava a respiração, fazia mal à coluna, deformava órgãos internos, tornava difícil se sentar e subir escadas. Mas, ainda assim era usado pela maioria”, afirma Lins (2013, p. 175). Os esmaltes, tintas para cabelo e maquiagens tinham alta composição de chumbo e outros elementos químicos, o que lhes causavam intoxicação¹⁵. Ou seja, ser mulher, nos séculos passados, ia muito além de um desafio social de gênero. É o que Butler (2017) chama de Produção *performativa* de uma antologia sexual, uma aparência que se faz convincente com “ser”. Irigaray (1977, p. 131 *apud* BUTLER, 2017, p. 90) cita isso como sendo a maneira de as mulheres participarem do desejo masculino, ao custo de abrir mão do desejo delas próprias. A ânsia das jovens em mostrarem-se adequadas para a sociedade e para o casamento tornava-se superior a qualquer outro estímulo. A reafirmação “de ser mulher” através de sacrifícios era uma maneira de suprir a ambição masculina de “possuir” a esposa mais bela.

A fragilidade feminina, não é um mero jargão popular, é a construção performática de um discurso machista-sexista, já que fisicamente, não só por razões de musculatura, mas por

¹⁵ Fonte: <https://www.megacurioso.com.br/ciencia/71693-mulheres-do-seculo-19-desmaiavam-com-frequencia-entenda-os-motivos.htm>, acesso em 14/01/2019.

ter uma saúde afetada, a mulher passava a ser dependente do homem. “Ela tinha de desenvolver características de dependência total. Ela tinha de ser fraca, ansiosa por ser amparada e dominada pelo homem” (LINS 2013, p. 177). Por conseguinte, a dependência também se tornou psicológica, ao passo que o discurso fora sendo reforçado.

Quando analisamos a fala da mãe, “*deixa de ser criança! [...] menina boba, iludida, sabe de nada da vida*”, observamos a experiência de vida de outra mulher, que provavelmente já passou por situação semelhante. O que provém do “*muda nada*” para argumentar uma condição de *dejavu*, é denominado por (BAKHTIN 1979, p. 369), como “O eu em frente ao espelho”. É uma abordagem diferente para o *dialogismo*, que ainda assim estabelece a relação *do eu para o outro*, já que “o eu se esconde no outro e nos outros”, Bakhtin (1979, p. 370). A expressão torna-se uma representação daquele sujeito que observa no *outro* o reflexo de uma ação de *si mesmo*.

Dessa maneira, quando a mãe reforça “*no começo tudo é festa*”, é porque ela tem propriedade de fala, chamado também de *extraposição*, no conceito bakhtiniano, levando em consideração a noção de *vozes* que manifestam as consciências valorativas “através da encarnação material dos signos”, Bakhtin (1979, p. 33). A lógica da comunicação, por conseguinte, é a semiótica da interação, formada nesse caso, de uma metáfora para dar a entender que as relações de poder só vão sendo definidas ao longo do tempo.

Freud (2007), estabelece que há uma compatibilidade entre a negação e as relações de poder em que a função do julgamento está relacionada, em geral, com duas espécies de decisões. Afirmando ou desafirmando a posse, em uma coisa, de um atributo particular, e assevera ou discute que uma representação tenha uma existência na realidade.

A lógica freudiana é que a negação também é uma maneira de afirmar, não pela lógica formal, mas do ponto de vista enunciativo. Dessa forma, quando o homem “*veio como quem não quer nada*”, o “*não querer*” é colocado em oposição à lógica formal, que seria não está interessado. Mas, do ponto enunciativo, o “*não querer*”, é intencional. Funciona como um ato sedutor e de dominação, é a “amável indiferença”, descrita por Pinsky (2014) como arma de conquista.

Tanto que, “*os meus olhos brilhavam, estava apaixonada!*”, em nenhum momento aparenta ser algo recíproco, pois veremos, no decorrer dessa análise, que não há registro algum do amor masculino como representação real para manter a relação. Na perspectiva patriarcal, alimentada no discurso machista, o amor para o homem está relacionado à loucura. Apaixonar-se era sinal de fraqueza. Segundo Federici (2017), acreditava-se que toda mulher era “*serva do diabo*”, e, apaixonar-se por ela, era servir a ele, mas, se o contrário acontecesse,

e a mulher se apaixonasse pelo homem, ele conseguiria dominar, também, o diabo. Por isso, a importância da conquista para os homens, nas relações de poder.

Deixar “*na porta de casa*”, ainda que pareça uma atitude encantadora, típica de um *gentleman*, é também assegurar que não se “desvie” do destino que o homem deseja. É mascarar o controle, característico de um relacionamento abusivo. Oliveira (2016) mostra isso como uma *violência silenciosa*, já que a mulher negligencia a violência psicológica como algo romântico.

Com base em Dahlet (2015, p.55), entendemos que “o reconhecimento do sujeito e o sentido é indispensável para a construção de ambos”. Portanto, a fragilidade feminina, tratada neste tópico, não está condicionada a debilidade de força física, resultada de métodos de beleza, mas na vulnerabilidade psicológica identificada no *rap*, desde o início do capítulo. A “construção híbrida”, que Dahlet (2015) configura como um dos pontos teóricos do dialogismo bakhtiniano, ocorre nesse trecho do *rap* como um conflito entre a imagem esboçada do sujeito e aquilo que ele representa no discurso, um sujeito imaginário e um real. Aquele que atende a ilusão do receptor através da manipulação do discurso e aquele que é desmascarado pelo sentido do próprio discurso.

Há duas vozes no diálogo: a filha que narra e a mãe que participa do diálogo exercendo sua opinião. Existe uma colisão, dois pontos de vista divergentes: uma já passou pela experiência do discurso manipulador, a outra acredita que as atitudes masculinas fazem parte de um rito carinhoso, existe uma negação oculta e um gesto (o beijo) que podemos entender como a consolidação de um acordo, sem palavras.

Bakhtin (2003) assegura que a palavra está direcionada dialogicamente a alguém, seja ela dita verbalmente ou expressada por uma atitude, e toda palavra está para ser “ouvida” e toda ela, espera resposta. Assim, quando o homem leva a moça à porta de casa e a beija, existe um discurso implícito no ato. É o querer possuir. A moça entende como um gesto apaixonado e o querer para ela é entendido como uma relação de amor, enquanto o homem quer selar a posição de “possuidor” e firmar um pacto. De acordo com Narloch (2013), desde a Roma antiga que o beijo é usado para firmar um acordo e só era experimentado por homens, o que reforça nossa tese de que a mensagem oculta do beijo é na realidade a ratificação da relação de poder.

Segundo Freud (2017), a ilusão é uma realidade psíquica, porque parte de um desejo, mas é também uma espécie de proteção à inevitabilidade e ao desamparo. Quando a moça ignora o que a mãe fala e diz “deixa eu viver meu futuro”, ela está se agarrando a única esperança que tem para sair do cenário vulnerável que vive. Acreditar nas palavras da mãe era

estar de acordo com o que Freud (2017) denomina de *ordem pulsional*, referente a repetição. Mas, a repulsa em crer nas palavras da mãe, é a negação encontrada pela garota para resistir à realidade e acreditar que com ela seria diferente.

Pêcheux (1988, p. 128) reconhece que o “se eu tivesse no seu lugar” pode representar uma generalização e afetar a percepção do sujeito em relação ao discurso do outro. Bakhtin (2003) enxerga isso como o *efeito* que constitui a enunciação, mas não descarta uma análise psicanalítica. Ou seja, todo discurso carrega um *interdiscurso*, constituído pela exterioridade enunciativa, e são esses fatores externos que afetam inconscientemente o sentido da enunciação para o sujeito, a partir das determinações ideológicas e históricas que representam para ele. Nesse caso, o discurso da mãe era tratado com indiferença, porque o *efeito enunciativo* dado pela filha às palavras dela era pré-determinado a partir da representação dos planos ajustados com o “namorado” e da sua vontade de fugir daquele universo, que validando as palavras da mãe, colocaria por terra a esperança alimentada.

A fragilidade feminina, portanto, não está atrelada apenas às características físicas ou biológicas, está também para a concepção ideológica, firmada a partir do homem como responsável pela felicidade dela, e o único sujeito capaz de protegê-la e cuidá-la, não apenas por aptidões e/ou fatores financeiros, mas por razões sociais.

3.2 A felicidade inventada

*Felicidade é a certeza de que nossa vida
não está passando inutilmente.*
(Érico Veríssimo)

*Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta,
não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.*
(Cecília Meireles)

É comum ouvir que os laços conjugais de “antigamente”, apesar de serem ritos de interesse, duravam a vida inteira, assim, como também é de praxe estabelecer uma relação entre o casamento e a felicidade, principalmente feminina. No entanto, o que pouco se fala é de como essas relações foram estabelecidas socialmente.

Paglia (1992) afirma que a sociedade é uma “construção artificial”. Havemos de concordar partindo do pressuposto de que no patriarcado, meninas muito jovens, entre doze e dezesseis anos, já eram comprometidas por seus pais aos futuros maridos e apesar disso, não

havia nenhuma discussão para o que hoje denomina-se pedofilia. Esses acordos eram mantidos desde muito cedo, para que se houvesse a garantia de um contrato comercial duradouro. Quanto mais cedo a filha se casava, mais cedo deixava de ser uma responsabilidade financeira para o pai e mais cedo haveria a soma de bens materiais entre as famílias envolvidas. Os casais uniam-se sem amor e inúmeras vezes, se conheciam apenas às vésperas da cerimônia.

A mulher não tinha o direito de estudar, e raramente, quando o fazia era para a educação futura dos próprios filhos, não fazia leituras em público e nem participava dos encontros masculinos em rodas de conversa. Era permitido que os meninos viessem à sala, quando atingissem uma certa idade, desde que os pais permitissem, quanto às mulheres só apresentavam-se em ocasiões específicas.

Del Piore relata:

A maior parte das meninas não aprendia a ler. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira. Ensinavam-lhe a fazer rendas, bordados e costura. Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa. (2014, p. 19)

Muitas senhoras casadas nesse regime tiveram a adolescência podada, passaram de meninas à mulheres. Foram desvirginadas ainda crianças e não conheceram o amor, porque estiveram condicionadas a cuidar da casa, do marido e dos filhos, alimentando a ilusão de que exercer o papel de “rainha do lar” era uma espécie de realização e destino. Por isso, o orgasmo, assim como a masturbação eram vistas de maneira ultrajante, não se pensava numa ligação entre a mulher e o desejo. Sentir prazer era vergonhoso, porque não se era induzida a conhecer o próprio corpo nem imaginá-lo além de um solo fecundo às sementes da linhagem.

Havia uma “idade limite” para casar-se. Mulheres acima dos 25 anos, dificilmente eram consideradas “boas esposas”, visto que, até então, não haviam surgido pretendentes para elas. Existiu na década de 50, revistas femininas que reafirmavam isso, ensinando como as mulheres deveriam se comportar diante de um homem e do quão breve deveriam estar preparadas para o exercício do patriarcado, reforçando a ideia de que uma mulher nascia exclusivamente para o casamento.

O pai representava o Estado e a Igreja, por motivos que já evidenciamos no capítulo anterior, isso o fazia uma figura temida e respeitada. Ir de encontro a sua palavra trazia sérias consequências: a mulher poderia ser expulsa de casa ou deserdada. Razão pela qual, as moças que perdiam a virgindade antes do casamento eram postas pra fora do lar e abnegadas.

A virgindade era um critério de honra, porque era a garantia de um “produto”, literalmente selado, e dava ao marido a comprovação de que ele era o único “possuidor” da

futura linhagem.

Com a modernidade e as várias discussões a respeito da autoridade da mulher sobre seu corpo e suas escolhas, a predileção ao pretendente a marido foi dando espaço aos sentimentos e gostos femininos, ainda que houvesse uma lista de precedentes que o candidato deveria exercer para a garantia da instituição familiar, passou-se a dar crédito à opinião da moça. E apesar de a virgindade continuar sendo uma espécie de “selo de qualidade”, foi também a partir da década de 50 que, segundo Pinsky (2014, p. 127), a intimidade passou a incluir “carícias por cima e por baixo da roupa, sexo oral ou anal” e o fato de “namorar pra casar”, não impedia que o “namoro avançado” atendesse à satisfação erótica.

No verso “*uma proposta ambição de ter uma família/ entreguei até a alma e ele não merecia*”, a metáfora exerce um papel fundamental para resignificar a entrega do corpo como consequência sentimental. Entregar é sinônimo de gratuidade, nesse sentindo, a relação quebra o paradigma dos acordos comerciais. A mulher se “dar” por amor. Não há outro interesse, se não pelo discurso (do homem) de uma construção familiar, evidenciada posteriormente pela representação negligente do pai.

Freud (2017) explica que o relacionamento com o pai, influencia na escolha de relacionamento da filha. E embora nossa intenção não seja discutir aspectos psicológicos, é notório, que a crença no discurso de “salvação” do homem (descrito no *rap*), ocorreu pela ausência de uma figura paterna comprometida. Lacan (1983, p. 83 *apud* BRAIT, 2018, p. 160) diz que toda “referência imaginária do ser humano está centrada na imagem do semelhante”, o que corrobora com a concepção comportamental freudiana, em que tanto no complexo de *Édipo*, quanto no de *Electra*, os filhos desejam encontrar no/a futuro/a companheiro/a as semelhanças do pai e/ou da mãe. A menina espelhando-se na mãe, para conseguir um companheiro “igual” ao pai e o menino inspirando-se no pai, para se relacionar com uma mulher semelhante à mãe. A tendência desse modelo se estende às características boas e ruins.

Butler (2017, p. 87) diz que “o sujeito masculino se manifesta para originar significados e, por meio disso significar” e a mulher apesar de emancipada, possui uma “autonomia ilusória”. Assim, quando surge um “*príncipe encantado, um ator principal*”, para relocar a posição masculina de um pai que “*embriagado, nem lembrava pra filha*”, se transpõe uma expectativa de cuidado, antes atribuída a ele (o pai) para o namorado, primeiro, pelos elogios e a maneira “carinhosa” de chamá-la de *filé*, depois, porque há uma idealização nisso. Os planos feitos a partir do discurso masculino e da maneira que aparentemente a trata, discutida nos trechos anteriores, lhe mostram uma possibilidade de casamento feliz.

Essa relação funciona, então, como um resgate àquela realidade periférica e triste. Lembrar que “*no começo tudo é festa*”, é admitir o discurso de impossibilidade dito pela mãe. A probabilidade da infelicidade repetida causa melancolia e a expõe ao fracasso pessoal, por essa razão, é cômodo dar crédito às aparências. É a seguridade de uma felicidade, ainda que, inventada.

3.3 (Des)estrutura familiar

A família é a fonte da prosperidade e da desgraça dos povos.
(Martinho Lutero)

*Por essa razão,
o homem deixará pai e mãe e se unirá a mulher,
E eles se tornarão uma só carne.*
(Gênesis 2:24)

O conceito de família tem sofrido mudanças e as Leis tem assegurado que as várias estruturas familiares sejam reconhecidas e asseguradas por direitos igualitários. No entanto, não foi sempre assim. O pátrio poder era destinado apenas ao homem e a ideia de família era restrita às uniões heteros, legitimadas em cartório e/ou Igreja.

Era o homem, como chefe familiar que ditava as regras, a mãe cuidava para que elas fossem obedecidas e os filhos, particularmente as mulheres, seguiam-nas à risca. Não havia uma razão lógica para que fosse assim, mas há uma estrutura (fictícia) da qual já tratamos, que impunha tais normas em troca de um “equilíbrio” social.

O homem era o centro de tudo, e de acordo com Pinsky (2014), a mulher era responsável pela harmonia conjugal e deveria mantê-la para que o marido vivesse feliz. Isso implicava em ter as finanças da casa sob controle, desempenhar os afazeres domésticos, zelar pela integridade dos filhos e cuidar para que a reputação de toda a família não sofresse o jugo social, buscando satisfazer o marido sem questionar opiniões divergentes e manter a cordialidade e simpatia durante as reuniões entre amigos.

Ainda que a angústia da servilidade tenha sido uma constância ao longo dos Séculos, as opções para a figura feminina sempre foram bem poucas, em relação a visão social da mulher “liberta”. Há uma confusão entre o significado de liberta e libertina, que não iremos tratar a fundo aqui, mas, convém ressaltar que é essa troca de significação que promove o pré-julgamento a respeito de todas as mulheres que almejam empoderamento.

Segundo Chauí:

[...] a liberdade não é a indeterminação que precede uma escolha contingente nem é a indeterminação dessa escolha. A liberdade é a manifestação espontânea e necessária da força ou potência interna da essência da substância [...] e da potência interna da essência dos modos finitos [...] Dizemos que um ser é livre quando, pela necessidade interna de sua essência e de sua potência, nele se identifica sua maneira de existir, de ser e de agir. (2006, p. 119)

Ser livre, portanto, não é apenas um desejo, é um direito essencial à vida humana. No entanto, tornava-se além de quase impossível, constrangedor, uma mulher sair de casa sem que fosse para casar, salvo, quando eram mandadas aos internatos para estudar, ou em casos raríssimos, para um convento, muito embora, essa última escolha também funcionasse como punição pela infração às regras domésticas. Por isso, liberdade fora atribuído à libertinagem. A independência feminina, apesar de assegurada mediante as lutas feministas e Leis de igualdade de gêneros, ainda na atualidade é considerada como libertinagem, por não atender ao “padrão” patriarcal de subserviência total ao homem.

Até o Século XX, “fugir de casa” resultava na privação da herança e uma mulher deserdada não tinha predicados que rendessem-lhe um marido, se não por amor, de fato, caso raro. Razão dos numerosos casos de prostituição diante das fuga pela afirmação de uma identidade livre.

Com a independência feminina, a autoridade paterna tornou-se frágil e as escolhas pessoais da mulher sobre o próprio corpo, pensar e agir, encorajaram-na a lutar cada vez mais por espaços masculinizados e exigir voz. No entanto, diante da visão centrada numa hegemonia máscula, geravam-se conflitos entre as feministas e os grupos mais conservadores. O fato é que, até nos dias atuais, ainda há dentro do núcleo familiar a discrepância em considerar a mulher como possível chefe, provedora do sustento, autônoma, capaz de decidir, opinar e liderar.

Ainda que o discurso machista de isenção de responsabilidade masculina na criação dos filhos esteja voltado às lutas femininas pela igualdade de gêneros, e o fato da divisão de “poder” atribuir a ela a incumbência de educar e orientar os filhos, nada mudou em relação ao patriarcado, já que a mulher sempre foi considerada a “rainha do lar” e esse título matriarcal cobrava-lhe a responsabilidade de uma estrutura familiar sólida, isentando do homem qualquer “culpa” de fracasso.

Há um ciclo ininterrupto entre a violência doméstica e a decadência dos filhos. Primeiro, porque o resultado do uso de drogas e a má índole do filho pode ser o resultado da incapacidade de agir perante a agressão do pai à mãe. E depois, porque a rebeldia dos filhos

em fugir ao padrão que a sociedade impõe para nomenclurá-los como “uma família de respeito”, leva à culpabilização da figura materna como a responsável pelo depuramento familiar e o homem a pune para reafirmar o poder sobre ela, resultando em conflitos enciclicos.

Então, podemos considerar que a fuga impensada da moça como uma tentativa de libertação daquela realidade vulnerável: “*sai de casa pra ser feliz, não dever satisfação, ser dona do meu nariz*”, é o reflexo das consequências vivenciadas a longo prazo. Freud (2014, p. 128) destaca: “a finalidade do instinto é sempre a satisfação, que somente pode ser alcançada pela supressão do estado de estimulação da fonte do instinto”, em outras palavras, o impulso por sair de casa tinha como causa o cenário descrito posteriormente: a mãe que apanhava do pai embriagado, o irmão envolvido com drogas e assalto à mão armada. Morar com o namorado trazia a viabilidade de um novo lar, construído a partir dos planos traçados durante a conquista. O prazer nos afazeres domésticos estava atrelado à satisfação de distanciamento da vida familiar em caos e na confiabilidade de uma alegria atrelada ao casamento e uma nova identidade familiar.

A idealização dessa figura heroica é vista por Bakhtin (2003) como a configuração de um *ato estético*, a partir da expectativa de não encontrar contraste entre o humano e o herói. Isso, porque, segundo Bakhtin (2003, p. 4), “na vida não nos interessa o todo do homem, mas alguns de seus atos com os quais operamos na prática e que nos interessam de uma forma ou de outra”, o que corrobora Freud (2017, p. 139) dizendo: “o desejo utiliza uma ocasião do presente para projetar, conforme o modelo do passado, uma imagem do porvir”. Logo, alimentar a ideia desse “príncipe encantado”, que a resgatou da confusão doméstica, era o passaporte para a felicidade, longe da avaliação materna no namoro e do ambiente caótico que vivia.

O reconhecimento do ambiente doméstico como o “lugar da mulher” é a ratificação machista do discurso ideológico sistematizado ao longo dos séculos. Beauvoir (2016, p.137) declara: “Os homens são tiranos[...] Tratam-nos como brinquedos[...] Fazem de nós suas lavadeiras e cozinheiras”. No entanto, algumas mulheres, até mesmo na atualidade, ainda acreditam que essa servilidade é a consolidação do seu papel social e de uma realização pessoal. Por essa razão, ainda encontramos moças que sonham em ser “donas de casa”, dispostas a viver (e gostar) da experiência de isolar-se em detrimento de um relacionamento e da cadência da linhagem, sentindo uma espécie de prazer em depender econômica, física e emocionalmente do marido, criticando, inclusive quem foge a esse “padrão”. Quando a personagem diz “*Eu estava feliz no meu lar doce lar/ Sua roupa, olha só, tinha prazer de*

lavar”, atesta que mesmo a sociedade moderna estando impregnada de novos valores, inegavelmente, modelos antigos insistem em permanecer. A competência da felicidade conjecturada em cuidar da roupa do marido, ressalta a projeção de um lar harmonioso e feliz, baseado, apenas, pelo cumprimento de tarefas. Validando o casamento como uma garantia de comodidade para o homem.

4 A MULHER OBJETIFICADA

E Abraão tomou outra mulher.
(Gênesis 25:1)

Nasci pra ser Amélia de você!
(Elena e Eliane Grammont)

A vida é sempre a mesma para todos: rede de ilusões e desenganos.
O quadro é único, a moldura que é diferente.
(Florbela Espanca)

Toda a história da humanidade se firma na luta por direitos, igualdade e queda do poder hegemônico de um determinado grupo para com os demais. Se atentarmos para os grandes marcos, teremos em seu núcleo, minorias que conseguiram voz e espaço através de muito suor e sangue. Com as mulheres não foi diferente, já que além de um poder social e religiosamente constituído, muitas mulheres também acreditam estar num estágio natural de inferioridade ao homem.

Apesar de até a metade do século XX, estarem limitadas a uma esfera meramente doméstica, com o advento do capitalismo e da industrialização e os primeiros atos feministas, elas tiveram a oportunidade de sair de casa e trabalhar. E ainda que, isso custeei uma jornada dupla, visto que, muitas dessas mulheres, por serem casadas, trabalham fora e cumprem suas atividades de mãe e esposa após o expediente, mesmo com a remuneração desvantajosa em relação ao homem, e, muitas vezes, uma carga horária maior, o fato de conquistar o direito de poder estudar, trabalhar e ter seu próprio dinheiro, mostra que já houve um avanço significativo e que ainda sendo minoria, há um grupo que acredita na mulher como um ser de capacidade intelectual.

Houve um período em que a beleza feminina fazia parte de um ritual doloroso e irracional. Naomi Wolf, em seu livro *O mito da Beleza* (2019), aborda as inúmeras “torturas” pelas quais as mulheres se submetiam ao longo do tempo, em troca da ilusória felicidade matrimonial. Wolf (2019) coloca o desejo pela imagem “ideal” como sendo uma importância obsessiva feminina, para que fossem desejadas e “escolhidas”, reforçadas por uma literatura preconceituosa, a exemplo das revistas femininas e romances em que as protagonistas eram padronizadas.

No entanto, apenas uma minoria tinha acesso a esse “acervo” de estereotipação: a elite. As mulheres das camadas mais pobres tomavam conhecimento ou pelas “patroas” ou

pela arrogância do homem de domínio, que se fosse o pai ou irmão, desejava casar-lhe com alguém de poder aquisitivo e/ou se fosse o marido, pretendia exhibir-lhe no meio social, afirmando que a pobreza não o desprestigiava matrimonialmente. O que resulta na teoria sobre “o signo de valor”, citado por Butler (2017) e já mencionado por nós anteriormente: a mulher objetificada.

A marca de uma feminilidade atrelada ao corpo, naturaliza cada vez mais os abusos masculinos, porque dão ao homem o direito da autodeclaração de possuidor. Segundo Lins:

As mulheres encorajavam os homens nesse tipo de comportamento achando agradável serem adoradas, mimadas, submissas, lisonjeadas ao serem consideradas vulneráveis, virginais e remotas; anjos de pureza para os quais um homem podia se voltar, em busca de um alívio para o rude e cruel mundo da realidade dos negócios.
(2013, p. 125)

Logo, numa oposição à *istina*¹⁶, vista por Bahktin (2003) como a ilusão daquilo que é real, existe apenas um conhecimento parcial sobre aquilo que constitui as relações. Enquanto, o homem que por “regra social” é induzido a ter, tendo, decide como, onde e quando usar; e do contrário, quando lhe é privado, acha-se no direito de violar o desejo alheio; a mulher, mostrar-se frágil e desprotegida para ajuntar pretendentes e sentir-se “viva” e liberta, como aquela que, por ocasião, “dita as regras”. Embora não possamos generalizar e afirmar com veemência que todos os casamentos, que já duram 50 anos ou mais, foram firmados apenas por convenções e sem nenhum tipo de sentimento, é interessante se pensar que não havendo outro modo de “ter” (para o homem) ou a oportunidade de reafirmar-se (para a mulher), se não colocando-se para “ser salva” e protegida por toda a vida, a comodidade abriu espaço para algum sentimento nomenclaturado ao longo do tempo, como amor. E de algum modo, outros exemplos de durabilidade matrimonial, por amor, de fato, enfrentaram apontamentos sociais e familiar, severos, sobretudo se essas uniões não estivessem dentro dos padrões patriarcalistas.

Essa idealização do homem como príncipe-herói é vista por Bahktin (2003, p. 61) como uma criação estética: “é por essa via que uma consciência viva se torna consciência cultural e uma consciência cultural se encarna em uma consciência viva”, desse modo, o discurso de subalternização feminina para ter quem a “salvasse” da solidão ou dos apontamentos sociais, é o que firmou a imagem da mulher como objeto de monopólio másculo.

As relações firmadas na imagem do homem-herói, tendem a reinterá-lo nesse arquétipo opressor, criado pela pressuposição de amparo àquilo que é seu. Quando o *rap*

¹⁶ Verdade única

começa a expor a quebra da fantasia e demonstra o homem, agora, “diferente” daquele que ela conheceu e se apaixonou: agressivo, irritado, alcoólatra e infiel, vemos muito mais da figura feminina do que da exposição situacional do marido.

De acordo com Bakhtin:

Papel excepcional do tom. [...] O aspecto menos estudado da vida do discurso. Não é o mundo dos tropos, porém o mundo dos tons e matizes pessoais, mas não em relação aos objetos (fenômenos, conceitos) e sim ao mundo das personalidades dos outros. O tom não é determinado pelo conteúdo concreto do enunciado ou pelas vivências do falante, mas, pela relação do falante com a pessoa do interlocutor (com sua categoria, importância, etc.). (2003, p. 391)

Ou seja, a maneira que a narradora-personagem prepara o ouvinte para a quebra da expectativa através do jargão “*alegria de pobre dura pouco*”, determina que a partir de então, o fato de continuar ao lado desse homem, deixará de ser uma escolha feliz e passará a ser uma opção autopunitiva. A sujeição a certas situações, segundo Butler (2017, p. 113), é a internalização da raiva: “é quando a culpa volta-se para dentro e é perseverada [...] o eu encontra um modo de voltar-se contra si mesmo e punir-se”.

Brait (2018, p. 22) diz que “a ação é um comportamento mecânico e impensado”, logo, fora de um padrão ético. Aquele que age pela internalização do poder sobre a mulher, o faz, não por uma razão lógica, mas pela inconsciência de que o domínio faz parte de um estado comum aos gêneros. E aquela que, de alguma maneira, se mantém numa relação abusiva para se autopunir, não age por consciência psicológica.

Explica Bakhtin (2003) que essa psicologia da consciência não é vista pelo viés da ciência (neste caso), mas “por uma matriz filosófica”, remetendo esses valores a elementos emotivo-volitivo desenvolvidos a partir da ideia de criador e criatura. Essa é uma das muitas razões pelas quais, o casamento sem amor, transformava o ato sexual doloroso e traumático para as mulheres e inúmeras uniões representavam estupros consentidos. A mulher vista como criatura, deveria submeter-se a atitude imperativa do criador. Daí a importância de conscientizar que o corpo feminino não é um santuário de imolação, nem um convite à oferta de semê, ainda que isso seja posto, por muitos, como um condicionamento de estabilidade afetiva.

A representação da mulher objetificada, fica evidente nesse verso:

*Eu estava feliz no meu lar doce lar
Sua roupa, olha só, tinha prazer de lavar
Mas "alegria de pobre dura pouco", diz o ditado
Ele ficou diferente, agressivo, irritado
Chegava tarde da rua, aquele bafo de pinga
Batom na camisa e cheiro de rapariga*

Primeiro porque, anteriormente, percebemos que essa união foi em detrimento à fuga da realidade caótica vivenciada no núcleo familiar da personagem, e agora, pelo fato de ter ao lado um homem infiel e agressivo, enquanto mostrava-se servil. Ao passo que, a atitude machista de exibir a traição, com marcas de batom na camisa e perfume de outras mulheres, potencializa a teoria do homem traidor como símbolo de virilidade. A imagem da mulher que o espera, ainda que reclamando da situação, diz que não precisa de definições para tal união, porque o importante é amar. Tudo isso reforça a ideia, abordada por Pinsky (2014), de que as mulheres vivem baseadas na crença do amor acima de qualquer outro ato, nas relações.

Foucault (2019, p. 180) nos lembra que para o homem “o casamento não o liga sexualmente” ou limita a uma única parceira, o que resulta na problematização das relações, já que, desde a antiguidade, ele pode contrair quantas amantes possa sustentar, contanto, que isso não afete o principal vínculo matrimonial, provedor de sua linhagem. Enquanto as mulheres sonham com a mesma exclusividade com que se dão e não podem trair, porque isso fere a ordem moral e lhe infringe como adúltera, sofrendo a punição literal ou simbólica pelo julgo social.

4.1 Amar e (não) sofrer

[...] *É querer estar preso por vontade*
É servir a quem vence, o vencedor
É ter com quem nos mata, lealdade [...]
 (Luís Vaz de Camões)

O amor é uma doença.
Eu sinto náuseas, febres, dores musculares.
Eu acordo assustada no meio da noite. Eu choro à toa.
 (Tati Bernardi)

No Brasil, os primeiros movimentos feministas surgiram no final do Século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, quando outros países, a exemplo dos Estados Unidos, motivados pelo movimento sufragista¹⁷, incitavam as discussões sobre o direito da mulher à educação e ao mercado de trabalho. Posteriormente, nos Séculos XX e XXI, outros movimentos enclodiram reivindicando a autonomia feminina sobre o próprio corpo e a

¹⁷ Ocorrido em vários países democráticos do mundo, entre o fim do século XIX e o início do século XX, para organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio (voto). Fonte: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm>

diminuição da violência, como também a liberdade de uma identidade própria sem estabelecer o gênero biológico como definição para “ser mulher”. Rescentemente, tais movimentos ganharam notoriedade após o *impeachment* da primeira presidenta eleita¹⁸ e os discursos machistas do seu sucessor¹⁹. Ir as ruas como protesto aos atos político-sexistas, concedeu “voz” a outras camadas marginalizadas, das quais Alves e Pitanguy já elencavam anteriormente como abrangentes do feminismo:

O discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hétero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. (1991, p. 8).

Ao propor um espaço às demais minorias, o feminismo torna-se não só um movimento que milita em favorecimento das mulheres, mas de causas sociais frágeis que envolvem uma série de outros fatores, além gênero, e desejam o seu empoderamento.

Embora esse seja um termo novo na língua portuguesa, o ato de empoderar-se conota a valorização do indivíduo enquanto ser humano e a participação ativa dele na política de direitos. No caso do feminismo, em que o termo é comumente utilizado, o sentido está para a criação de uma identidade distanciada dos padrões impostos pela sociedade machista, fazendo com que a mulher se enxergue capaz de mudar a sua realidade, mesmo que restrita a um ambiente doméstico, seja capaz de não se deixar minimizar, como lembram Alves e Pitanguy:

[...] a maior força, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente o seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os conhecimentos, com os filhos, consigo mesmas. (1991, p. 70)

O empoderamento feminino, é portanto, a ruptura do *status* de poder, meramente másculo, para oportunizar às mulheres a estabelecer autonomia sobre suas próprias decisões. O que basicamente se compreende como uma disputa de forças heterogêneas, já que se cogita o poder como a centralização do domínio de uma determinada classe. Mas, Foucault nos recorda que não haveria poder sem liberdade e vice-versa, sem potencial de revolta ou sem contestação, não há liberdade. As resistências são formadas a partir das malhas que se efetuam a dominação:

¹⁸ *Dilma Rouseff*, eleita por dois mandatos (2010-2014) e (2014-2018), sendo cassada em 2016.

¹⁹ *Jair Messias Bolsonaro*, eleito no primeiro mandato (2018-2022)

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto maior astúcia, quanto maior for a resistência. De que modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. Em toda parte se está em luta. (2006, p. 232)

Quando se fala em empoderamento e conseqüentemente em feminismo, o campo masculino começa a sofrer uma ruptura no “padrão” totalitário de controle, o que gera a revolta dos grupos sexistas e o machismo, assim, encontra um apoio para fortalecer-se, fundamentado na quebra de critérios morais e religiosos. Declarando, inclusive que atos de agressão física são justificados diante à adulteração desses “padrões” sociais.

O homem acredita que a força física é a arma mais eficaz para resistir às mudanças e por isso, reage de maneira abrupta àquilo que parece lhe enfraquecer. Julga natural, já que histórica e culturalmente foi instruído a isso.

Quando ouvimos o verso “*o que foi que aconteceu? Me mandou calar a boca e não me respondeu*”, podemos prontamente relacionar tal atitude ao uso de álcool, no entanto, numa das Cartilhas²⁰ veiculadas pelo Governo Federal (2017, p.11), “essa não é a causa e não serve como justificativa”. A psicologia acredita que a agressão é um ciclo, iniciado quando o indivíduo presencia algum tipo de violência, ainda na infância e guarda tal “informação” no seu inconsciente. Mais, tarde, quando adulto, num momento de raiva, externiza o que o inconsciente guardou, com normalidade. Mas, pelo viés linguístico, acredita-se que o caráter formativo do sujeito não dado apenas pelo discurso, mas pela tonicidade com que a palavra é proferida e pela gesticulação que envolvem-na, a agressão parte da manifestação do poder que o indivíduo quer manter sobre o outro.

“*Insisti foi mal, ele me bateu, no outro dia me falou que se arrependeu*”. Geralmente, a violência começa por pequenos gestos: um grito, uma ordem; posteriormente, um tapa, um puxão, uma surra, intercalados de promessas de mudança (como veremos nos capítulos seguintes) e gestos carinhosos, que acabam se repetindo cada vez mais frequentes. Ainda de acordo com a Cartilha do Governo Federal, o abuso e a violência passa por três estágios:

Começa com a fase da tensão, em que as raivas, insultos e ameaças vão se acumulando. Em seguida, vem a fase da agressão, com o descontrole e uma violenta explosão de toda a tensão acumulada. Depois, chega a fase de fazer as pazes (ou da ‘lua de mel’), em que ele

²⁰ YAMAMOTO, Aline et alii. Entenda a Lei Maria da Penha. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Dezembro de 2017. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LMP_pt.pdf

pede perdão e promete mudar de comportamento, ou então finge que nada aconteceu, mas fica mais calmo e carinhoso e a mulher acredita que aquilo não vai mais acontecer. (2017, p. 15)

Bakhtin (2003, p. 95) afirma que “os homens parecem acreditar, entretanto, que os sentidos estejam legitimamente estabilizados pelo viés da língua”, ou seja, apoiando-se na coerência de uma “verdade”, que de acordo com o estudioso, servem apenas para fortalecer a negação, convém à vítima, validar a ideia de mudança a partir de uma atitude carinhosa para anular as agressões. Quando ela fala “*quem era eu pra julgar? queria perdoar*”, de acordo com Norwood (2005), as vítimas vivem em dependência, assim como um usuário de drogas ou qualquer outro tipo de viciado, idealizando que o sofrimento é um preço por amar demais. Funciona como uma fantasia de martírio, em que a servilidade e a sujeição a coloca em santificação e, portanto, digna de “pertencer” ao parceiro.

No verso que inicia com “*amor de tolo, amor de louco*”, atentamos para as adjetivações “*de tolo*”, porque remete à ingenuidade com que ela se deu na relação. A crença no “homem-herói”, que agora revela uma face desconhecida e decepcionante, a caracteriza como uma vítima da sua própria inocência. O desejo de livrar-se de uma realidade entre jogos, bebida, drogas e violência era tamanha, ao ponto de tomar uma decisão tão séria quanto o casamento, sem ao menos conhecer, de fato, o pretendente, o que na maioria dos casos, não influencia muito, já que inúmeras vezes, as agressões se dão posterior à união matrimonial, discutido por Birenbaum (2012) como sendo “o princípio da boa-fé subjetiva”, em que um sujeito estima a crença na conduta de outro, de acordo com a aparência. Apesar, de ser um princípio do direito, podemos tranquilamente aplicá-lo a este tipo de situação, em que a confiabilidade naquilo que se vê aparente, prejudica aquele que erroneamente deu crédito a isso.

E “*de louco*”, pela inconstância de humores, pela irritabilidade aparentemente sem razão e pela conformidade dela própria em aturar a instabilidade emocional do “homem sem máscara”. Segundo Foucault (2014, p. 10), “o louco é aquele cujo discurso não pode circular como os dos outros”, sendo assim, aquilo que faz parte do discurso do louco, pode ou não ser considerado verdade, de acordo com a interpretação do receptor. Usar a loucura para justificar a verdade é uma maneira de manipulá-la em favorecimento daquilo que desejamos que o outro acredite. Pelo princípio bakhtiniano até a verdade é intencional, as práticas discursivas funcionam como um jogo de poder para atuar, induzir e modificar o pensamento do indivíduo receptor da mensagem. Sendo assim, considerar a sujeição à determinada situação como uma condição *de louco*, é assumir que o amor, tornou-se uma patologia. Corroborando com esse

conceito, Norwood (2005) utiliza o termo “vício” para caracterizar esse tipo de comportamento em relacionamentos abusivos, e sugere que seja tratado como qualquer outro tipo de doença.

Contudo, em alguns casos, não é o “vício” por sofrer em nome do amor que exige da vítima a permanência em situações abusivas, mas: a vergonha em se expor perante a sociedade, a dependência (emocional e/ou financeira), acreditar que a violência faz parte de todo relacionamento, achar que não terá proteção das autoridades, medo de desestruturar o vínculo familiar com os filhos etc.²¹ Por essa razão, é importante que as políticas de direito da mulher sejam fortalecidas, já que, mesmo com a criação da Lei Maria da Penha e da Lei de Femicídio²², há tantos casos de violência e morte de mulheres no Brasil, e por reincidentia.

4.2 Leis de proteção à mulher

*Ensinamos as meninas a se preocuparem com o que os meninos pensam delas.
Mas, o oposto não acontece.
(Chimamanda Ngozi Adichie)*

*Lute como uma garota!
(Autor Desconhecido)*

Quando o conceito de gênero foi criado, através dos movimentos feministas, entre as décadas de 60 e 70, começou-se a romper o determinismo entre gênero biológico e gênero social, mas, ainda há uma insistência na compreensão analítica, e ainda denomina-se o gênero como sendo sexo biológico e/ou a tendência sexual de um indivíduo, e, embora, não seja o foco desse estudo, é interessante entender que esse modelo patriarcal de entendimento social acaba legitimando a subordinação da mulher enquanto categoria social, e a transforma, como reforça Saffioti (2004, p. 132), “em objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros e de força de trabalho”. Legitimando o homem a exercer a força bruta para restringir a autonomia feminina de exercer o seu gênero, sexo e/ou sexualidade.

Bourdieu esclarece que não é somente a violência física que reforça o patriarcado:

Uma violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (1999, p. 7)

²¹ YAMAMOTO, Aline et alii. Entenda a Lei Maria da Penha, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Dezembro de 2017. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/LMP_pt.pdf

²² Palácio do Planalto, 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm

Essa violência simbólica, tanto pode ser compreendida como a violência psicológica ou verbal, quanto pela divisão de papéis sociais para homens e mulheres; quando se induz, por exemplo, um menino a brincar de bola e carrinho e não chorar para não indicar sentimentalismo e ao mesmo tempo se diz à menina que ela deve cuidar das bonecas como filhos, brincar de casinha e mostrar-se frágil, tornando a inversão desses “modelos”, um insulto social. Perrot afirma:

A mulher foi criada para a família e as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira. [...] Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial, da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano. (1998, p. 9)

Diante dessa asserção, as mulheres passaram a reivindicar maior visibilidade e espaço. A começar nas manifestações, na França, onde se deram as primeiras participações femininas durante a Revolução. Aqui no Brasil, apenas em 1930, com o direito ao voto, é que começou-se a pensar na mulher como um indivíduo de direitos político-sociais. Para Saffioti (2004, p. 274) a importação dessas ideias feministas fez com que boa parte das mulheres não se emancipasse através do trabalho, “processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos adentrando em espaços até então reservados exclusivamente aos homens”. Em 1988, a promulgação da Constituição Federal, dimensionando a presença da mulher na sociedade, consolidou um marco para o movimento feminista, já que assegurou de fato, às mulheres alguns direitos, como acesso à escola e trabalho remunerado.

Mas, desde 1949, Simone de Beauvoir já defendia:

O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade. Uma perspectiva existencial permitiu-nos, pois, compreender como a situação biológica e econômica das hordas primitivas devia acarretar a supremacia dos machos (2016, p. 86).

Tais reivindicações, deram origem a Organizações não-governamentais, na década de 90, que criavam projetos e estratégias para o enfrentamento da violência sofrida por mulheres, reconhecendo que essa questão perpassava o ambiente íntimo (de marido, namorado etc.) e abrangia o ambiente de trabalho e outros setores da vida pública.

Nesse período, com o aumento da prostituição e índices alarmante de violência contra a figura feminina, começou a ser debatido no campo do direito alguma “solução” coletiva, já que, de acordo com Chauí (2006, p.36), “a violência é constituída através de uma violação de liberdade, do direito de expressar-se, de ser sujeito constituinte da própria

história”, e isso não pertencia mais a casos isolados de representatividade feminina, mas de todo e qualquer ser que se considerasse “mulher”.

Montenegro diz:

A igualdade de direitos formal foi em parte realizada, não era suficiente para assegurar às mulheres direitos iguais na vida real, levando-se ainda em conta os problemas surgidos com a participação cada vez maior das mulheres na produção social. (1981, p.32)

Desse modo, além de uma autonomia política, era necessária uma autonomia sobre outros setores sociais, como por exemplo, o próprio corpo, por isso, constituiu-se um “rede” em que mulheres com casos comuns passaram a comungar das lutas por identidade e fugir do isolamento das políticas públicas.

Mas, apenas em 2006, foi designada como violência doméstica toda “ação” ou “omissão” (baseada no gênero), sendo ela “qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher”²³. De modo que, mesmo não ocorrendo no ambiente doméstico, trata-se da proximidade com que o agressor tem à vítima.

Nesse mesmo ano, baseando-se na história de Maria da Penha, farmacêutica cearense, que sofreu constantes agressões por parte do marido e após sofrer uma tentativa de assassinato em 1983, com um tiro de espingarda, ficou paraplégica²⁴, criou-se a Lei 11.340/2006, cujo nome é o mesmo da vítima supracitada. No entanto, essa Lei não contemplava os casos de agressão física. Apenas situações de violência psicológica, extravio de bens ou documentos, ofensas, calúnia e difamação. Podendo ter uma variação de pena desde o simples afastamento da vítima e indenização da mesma à pagamento de fiança e prisão decretada. Somente em 2010, com a reformulação da Lei, foi decretada a prisão sem fiança ou abono da pena, para os acusados.

Vejamos o depoimento que intercala o *rap*:

*Eu tava a quatro meses grávida.
Ele me deu uma surra tão violenta que eu cai, desmaiei.
Aí quando eu acordei eu tava numa poça de sangue, assim:
Que tinha saído da minha boca e do meu rosto.
Ele me catou²⁵, assim, pelos meus cabelos,
Me puxou e falou: Você vai morrer!*

Não necessita que sejamos peritos em Direito para atestar que além da ameaça, o atentado contra a vida da mãe e do filho, categoriza crime duplamente qualificado, contra à mulher e contra o incapaz, baseando-se no Art. 7º, inciso I, em que a violência física é

²³ Artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorrida em Belém do Pará.

²⁴ Fonte: https://www.ebiografia.com/maria_da_penha/

²⁵ Pegou

“entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal”²⁶. Esse é o tipo de violência com maior facilidade de interpretação, pois além de ser visível, deixando marcas pelo corpo da vítima (através de tapas, socos, pontapés, uso de armas, etc.), tem uma proximidade do conceito de violência aceito comumente pela população, que é o da materialização do ato, dando a ideia de que a violência é como Saffioti (2004, p. 7) afirma: apenas “uma “ruptura de integridade da vítima”.

Contudo, quando o agressor “garante”: *você vai morrer!* – A violação psicológica, através da ameaça, pouco notada nesse tipo de relação, pode gerar danos posteriores à vítima, como por exemplo surto traumático²⁷.

A violência psicológica é entendida pela Lei Maria da Penha como:

Qualquer conduta que [...] cause dano emocional [à mulher] e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição costuma, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. (Art. 7º, Inciso II)

Além disso, outros tipos de violência como a moral, a sexual e a patrimonial, também asseguram que a vítima seja protegida pela Lei. A violência sexual é mais reconhecida quando praticado por estranhos, o que acaba por encobrir, muitas vezes, as que ocorrem no âmbito do lar ou perpetrada por pessoa íntima.

O ato sexual forçado, sem a permissão da mulher, é culturalmente considerado como “dever conjugal”, sendo a mulher considerada propriedade do homem e tendo de cumprir a vontade dele.

A violência moral, engloba todo e qualquer tipo de injúria, difamação, calúnia, xingamentos e insinuações ofensivas. Enquanto a violência patrimonial, de acordo com o Art. 7º, inciso IV, está para “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de [...] objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos [das mulheres], incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”, privando-a do direito de ir e vir, já que são retirados meios para a própria subsistência.

²⁶ Lei Maria da Penha, Palácio do Planalto, 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

²⁷ Fonte: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-estresse-pos-traumatico/>

Não menos agravante que as demais, porém, pouco discutida, é a violência simbólica, cujo próprio nome, remete aos signos. Bourdieu (1999) afirma que a violência simbólica se dá através do consentimento do dominado, quando a vítima é induzida à subserviência, por exemplo, como bem cataloga Bresciani (2005) é a “forma concreta” das palavras, nas relações de poder. Para que haja uma transformação dessa estrutura, além do conhecimento, é indispensável um trabalho educativo que venha desconstruir afirmativas de que o homem é superior à mulher. Já que, esse tipo de violência é sutil e quase imperceptível, trataremos disso com mais clareza no capítulo seguinte, já que teremos um exemplo concreto de como ela pode ser confundida com a manifestação afetiva.

No verso:

*Quase dois anos e a rotina parecia um inferno
Que saudade da minha mãe, desisti do colégio
A noite chega, madrugada e meu amor não vinha
Quanto mais demorava, preocupada, mais eu temia
Não estava aguentando aquela situação
Mas hoje tudo vai mudar, ele querendo ou não.*

A dubiedade em querer sair da situação carcerária e a preocupação com o algoz, já nos remete ao estado patológico em que a mente dessa mulher se encontra. Os indícios de privação com o mundo exterior, provavelmente para que ela não relate o tipo de violência que vem sofrendo; o fato de desistir da escola e não ver a mãe, restringindo-a apenas ao convívio do próprio agressor, no intuito da codependência, só reforça a tese, sobretudo, manipulativa, que identificamos desde o início dessa narrativa e nomenclaturada por Norwood (2005) como a “doença do amar demais”, um termo mais sutil para definir o comportamento obsessivo dele e o “vício” dela.

O fato é que em relacionamentos como esse, não há como insistir sem procurar ajuda especializada. Quando a vítima diz no rap *“Tantos conselhos me deram, de nada adiantou, que pena, o meu amor chegou novamente embriagado”*, e posteriormente descreve o estado drogado que ele se encontra, de imediato recordamos os três estágios da violência doméstica, especificados pela Cartilha do Governo Federal.

Tanto que antes de lamentar a reincidência, ela diz *“Deus havia me escutado há uns dois meses atrás e aquele filho na barriga era esperança de paz”*, atestando que no estágio da “lua de mel” haviam feito planos de mudança e concebido um filho como “salvação” para a relação.

Recaímos, então, no estereótipo da maternidade como consolidação do papel feminino de “agradar” o homem. Del Piore (2014) diz que a gravidez para a mulher é um

estado de poder. Dar a luz em sofrimento é romper com a “maldição” de Eva para tornar divino o que reza Gênesis “*crescei e multiplicai-vos*”²⁸. Embora, na atualidade funcione muito mais como uma realização pessoal, a sociedade ainda “cobra” da mulher, a responsabilidade pela propagação da linhagem, em muitos casos transformando “a arte de fazer filhos” num resgate para casamentos destruídos e a manutenção das aparências.

É o caráter ideológico da palavra, tratado por Bakhtin (2003) como o produto da interação verbal e a constituição de uma realidade, ou seja, como o signo, está dentro de um conjunto de virtualidades ofertadas pela língua, recebendo carga significativa em cada momento de seu uso, a maternidade existiu para a mulher como significante do seu gênero em algum momento da história, passou a ser uma realização pessoal, em dado momento, e em casos, volta a ser a reafirmação da sua sexualidade e do seu sexo biológico. Daí a frustração de muitas, que, por alguma razão, não conseguem engravidar. Socialmente, há uma necessidade da gravidez para que possam se sentir completas e o homem poder atestar a sua masculinidade. Por essa razão, Del Priore (2014, p. 113) comenta que “no passado, uma família grande era sinônimo de perpetuação”.

Dotados de um discurso religioso pelo qual se prega: *O machado já está posto à raiz das árvores, e toda árvore, pois, que não produz bom fruto é cortada e lançada no fogo*²⁹, muitos homens se utilizam dessa doutrina para a prática de violência e feminicídio. Na Antiguidade, as mulheres estéreis eram mortas sem nenhum escrúpulo, ou piedosamente abandonadas, ou devolvidas às famílias. Era uma vergonha social, e dessa maneira algumas se suicidavam ou tornavam-se prostitutas.

O fato é que com a manutenção dos discursos ideológicos, *cortar a árvore que não dá frutos*, somou outros significados além do reprodutivo, como por exemplo, a recusa sexual, a “desobediência” etc., e os homens passaram a matar aquelas que por ocasião não lhe rendam qualquer barganha ou não mostravam servilidade.

Um dos principais assassinatos repercutidos no Brasil, na década de 90, foi o da atriz Daniela Peres, morta pelo casal de amigos, sendo um deles o seu par romântico numa novela, por ciúme. Nos anos 2000, o crime (ao vivo, em rede nacional) da jovem Eloá, morta pelo ex-namorado pelo fim do relacionamento e outros muitos exemplos diários, vieram a estampar as capas dos jornais e os noticiários. Mata-se por ciúme, mata-se por término, mata-se por vingança, mata-se por inveja, mata-se por traição, mata-se por ser mulher.

No verso, por exemplo:

²⁸ Gênesis 1:28

²⁹ Mateus 3.10

*Aquele cheiro de maconha, inconfundível, é claro
Tentei acalma-lo, ele ficou irritado
Começou a quebrar tudo loucamente, lombrado³⁰
Eu falei que estava grávida, ele não me escutou
Me bateu novamente, mas dessa vez não parou
Vários socos na barriga, lá se vai a esperança
O sangue escorre no chão, perdi a minha criança
Aquele monstro que um dia prometeu me amar
Parecia incontrolável, eu não pude evitar
[..]Agora é tarde, na cama do hospital
Hemorragia interna, o meu estado era mau
O sonho havia acabado e os batimentos também
A esperança se foi pra todo sempre, amém!*

A situação agravante foi o uso de drogas, mas desde os versos anteriores percebemos a incoerência entre o “homem-herói” do início da narrativa e o “monstro”, agora revelado. Essa quebra de expectativa se dá pelo fato da idealização criada em torno do ato de “salvação”, Bakhtin (2003, p. 291) nos alerta: “Não enfiemos as palavras, não vamos de uma palavra a outra mas, é como se completássemos com as devidas palavras a totalidade”, ou seja, nós criamos imageticamente aquilo que desejamos a partir do discurso do outro. A verdade sempre esteve lá, no entanto, nós damos o significado que nos convém a cada uma das palavras.

Aquele monstro que um dia prometeu me amar, manipulou o discurso para convencer a vítima de que o “ato heróico” de levá-la pra morar com ele, era um gesto amoroso, o que inegavelmente, foi. No entanto, a partir dali ele passou a sentir-se dono dela, controlando suas amizades, seu cotidiano e agredindo-a física e psicologicamente, até a morte. Ao que parece, a morte foi ocasionada pela hemorragia da perda do bebê, mas isso não isenta a culpa do agressor pelo espancamento fatal.

A sanção da Lei nº 13.104/15³¹ que, simbolicamente, deu-se no dia Internacional das Mulheres, em 8 de março de 2015, busca reforçar a única Lei que tratava dos direitos da mulher vítima de agressão, que era a Maria da Penha, já mencionada. Com a Lei do Femicídio, os atos de lesão corporal e morte de mulheres, qualificados apenas como homicídio, passaram a ser julgados como crimes hediondos e inafiançáveis a morte de mulheres, que diferentemente de outro tipo de assassinato, em sua maioria é sofrido pelo fato de ser uma mulher, razão pela qual se deu o episódio relatado no verso do *rap*, acima. Apesar de certos avanços, o índice de violência e morte contra a mulher, ainda é alarmante. O *rap* inicia:

³⁰ Em estado de euforia pelo uso de entorpecentes

³¹ Lei do Femicídio

A cada quinze segundos uma mulher é a agredida no Brasil

E a realidade não é nem um pouco cor-de-rosa

A cada ano, dois milhes de mulheres são espancadas

Por maridos ou namorados

Pesquisas noticiadas pelo *site jusbrasil*, apontam que cerca de 92 mil mulheres foram assassinadas em todo o mundo nos últimos 30 anos e desse índice 43,7 mil foram mortas apenas na última década³², o que reforça a nossa tese de que apesar de Leis e estudos relacionados à violência contra mulher e casos de feminicídio, o índice de agressões e mortes vêm crescendo consideravelmente, já que o Instituto da Mulher Negra, em 2017, veiculou que o Brasil está no 5º lugar do *ranking* dos países que mais mata mulheres, além disso, uma em cada três mulheres, sofre algum tipo de violência, mas apenas 6% delas denunciam³³.

Tomando conhecimento que entre os anos de 2007 e 2017, houve um acréscimo de 20,7% nos homicídios envolvendo mulheres e que esse índice aumentou cerca de 60% em relação à década anterior, comprovou-se que 40% dessas mortes ocorrem dentro de casa e de casos reincidentes de violência doméstica. Só em 2017, cerca de 221 mil mulheres procuraram a delegacia para registrar agressões³⁴.

Em termos gerais, registrou-se que pelo menos 13 mulheres são mortas no Brasil diariamente e apesar de Leis tão rigorosas e eficazes, ainda falta incentivo por parte do Governo Federal às políticas voltadas à educação, sobretudo, infantil, já que no ambiente no escolar é muito mais fácil trabalhar o respeito mútuo. Incentivando as crianças a fazerem coisas não somente restritas ao que o extremismo coloca como “sendo de menino” e “sendo de menina”. Com a falta de incentivo ao respeito, estamos formando adultos cada vez mais frustrados e revoltos. Embebidos em discussões hipócritas, criando Leis para o “depois”: depois que bater, depois que maltratar, depois que matar. Esquecendo-se que antes do ato, existem consciências sendo formadas. Há uma criança que assiste o pai espancar a mãe e cresce achando natural bater na colega de sala ou na namorada que não atende suas vontades, vão desde atos simplórios quanto à vestimenta e o modo de agir, quanto aos impulsos sexuais.

³² Fonte: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/100407232/mesmo-com-a-lei-maria-da-penha-aumenta-numero-de-casos-de-violencia-contr-a-mulher>

³³ Fonte: https://www.geledes.org.br/sete-mulheres-sao-mortas-por-dia-no-brasil-vitimas-de-violencia-domestica/?gclid=Cj0KCQiA13yBRCmARIsAN7B4H11iYB0mbIPXaA_R13OdmHY8zXmF4xD1mCy9GmgDj0dPrvrYRQOvB4aAlpEEALw_wcB

³⁴ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48521901>

Há quem defenda a pena de morte para crimes dessa natureza e outros que torçam pela superlotação carcerária, no entanto, o que pouca gente acredita é na Educação. Que a solução está em educar nossas crianças para serem cidadãos de bem, igualitários e tolerantes.

5 O DISCURSO MACHISTA E A MANIPULAÇÃO EM MASSA

*Os homens distinguem-se pelo que fazem;
as mulheres, pelo que levam os homens a fazer.*
(Carlos Drummond de Andrade)

O melhor movimento feminino ainda é o dos quadris.
(Millôr Fernandes)

Na era tecnológica, a mídia exerce um grande poder sobre as pessoas, seu comportamento, a maneira que se vestem, que comem, que pensam e que agem em relação ao meio. Além do bombardeio de informações que chegam em tempo real através dos aparelhos eletrônicos, uma carga enorme de anúncios e propagandas induzem o espectador àquilo que a publicidade “empurra” para o consumo.

Baseando-se no dialogismo bakhtiniano, o discurso midiático estreita as relações entre homem – sociedade – mídia, porque não se trata apenas de dizer alguma coisa para alguém, mas para alguém e com outrem, levando em conta a alteridade, o interlocutor, os modos e as circunstâncias da interação verbal: “A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação”, diz Bakhtin (2003, p.34), “É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos”. Desse modo, a comunicação passa a funcionar como um terreno de interações, conflitos e disputas sociais e marcações adequadas a uma dada época e lugar.

Em outras palavras, há diversos jogos de interesse de significações ideológicas, que a mídia mantém vivos através dessas “realidade” materializada. É através da linguagem que acontece a relação de interação e interdependência entre infraestrutura e superestrutura, ou seja aquele que produz a informação e aquele que capta.

Assim, quando uma propaganda induz o tratamento às mulheres de maneira depreciativa, subjulgando-as como um objeto a ser cobiçado e incentivando-as a exercerem um padrão de feminilidade para poder conseguir a companhia masculina, ou ter algum retorno financeiro, a mídia passa também a estimular e reforçar o machismo de maneira coletiva.

Engana-se quem pensa que a mídia não é tendenciosa, podemos comprovar esse comportamento dela através da fala de Pêcheux:

As palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas. (1988, p. 160)

Assim, as palavras pertencem a um processo sócio-histórico partindo do que ele,

Pêucheux, chama de “matriz”, configura-se na ideologia daquele que produz a palavra. Nossa hipótese, portanto, é que no verso a seguir:

*Talvez se eu tivesse o denunciado
Talvez se eu tivesse o deixado de lado*

A vítima sofreu a indução para não fazer a denúncia do agressor, já que o indicador adverbial “talvez”, remete à possibilidade e diversas vezes ela ter reconhecido que não aguenta mais vivenciar tal situação.

Daí a importância de ter o *rap* como um instrumento de manifestação social entre os jovens, com a participação ativa das mulheres. Além de poder noticiar a realidade periférica, elas têm a oportunidade de incentivar outras mulheres a lutar por espaço, direitos e desopressão.

Patindo do pressuposto que uma vítima de violência doméstica tenha oportunidade de ouvir esse *rap*, certamente terá coragem para denunciar o agressor, ou no mínimo procurar algum tipo de ajuda. É possível que a “manipulação” contribua para o bem. Estamos acostumados rotineiramente a propagar desgraça, compartilhamos *fake news*, opinamos sobre a matéria que insiste em dizer que a agressão foi culpa da roupa curta, ou que por ocasião de receber o namorado sozinha em casa e praticar sexo no primeiro encontro, isso inferiu-lhe o direito de estuprá-la.

Esquecemos de refletir que muitas realidades podem ser mudadas a partir da nossa simples empatia. *Talvez, se um vizinho o tivesse denunciado... Talvez, se algum tipo de mídia me mostrasse uma opção para deixá-lo...*

5.1 A romantização do abuso

Todo grande amor, só é bem grande se for triste.
(Vinícius de Moraes/Tom Jobim)

*Há sempre alguma loucura no amor.
Mas, há sempre um pouco de razão na loucura.*
(Friedrich Nietzsche)

É comum acreditar que as relações afetivas tendem a parecer mais firmes quando há certa dificuldade, já que nos contos de fadas, a princesa deve sofrer até que o príncipe a resgate e diante de tantos empecilhos, o amor sobreviva avassaladoramente, no entanto, longe da fantasia, na vida real é bem mais complicado do que parece. Isso porque, muitas vezes, o “monstro” é o próprio “príncipe”.

Em casos de situações abusivas, a romantização se dá por via psicológica e de maneira imperceptível. É na violência simbólica que o dominador não impõe força bruta para manipular a vítima. E materializa-se primeiramente através de palavras de carinho e atitudes que demonstrem afetividade.

Roper (2017) diz que a romantização de um relacionamento abusivo é comum e diz respeito à transposição de uma realidade violenta e problemática para a forma de romance, como uma espécie de “glamourização”, tornando-o poético e desejável. Acreditando que essa situação seja posteriormente resolvida, perdoa, tolera e glorifica situações abusivas e a violência da vida real, exatamente por considerar que todo relacionamento passa por “fases”.

Há, inclusive, quem tente defender os comportamentos abusivos do homem, alegando que suas tendências à perseguição e controle exarcebado são provas de amor, e que, portanto, são perdoáveis. Há quem tente justificar essas ações alegando que "no fim ele muda", perpetuando o mito de que a vítima pode e deve curar o abusador se ficar com ele e o amar o suficiente para isso.

No *rap*, a constante repetição do verso:

Hoje estou feliz, o meu amor veio me visitar!

Acrescido do posterior refrão:

*Hoje meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra eu voltar
Hoje o perfume eu não sinto mais
Meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz!*

Sendo a música, um mecanismo de lembranças e sentires, e tendo o refrão, a incumbência de trazer o ápice da emoção e fixar o tema em questão, reforçando a ideia central do enredo, nesse caso, o refrão parece favorecer o agressor, já que o fato de visitá-la no cemitério e levar rosas parece, uma atitude romântica de quem arrependeu-se. É importante ressaltar que após o ato de feminicídio o agressor saiu ileso. Isso impossibilita também algum tipo de remorso mediante a punição. Induzindo pela competência argumentativa a parecer natural aquilo que é a sua verdade.

A flor, por si só tem uma representatividade. Segundo Silva (2011) existe uma simbologia cristã, que dependendo da cor, pode remeter ao martírio e a imolação de Jesus, remeter ao Divino ou a espiritualidade, logo, quando relacionamos o feminicídio ao episódio de oferecer flores ao túmulo, chegamos ao que Bakhtin (2003) chama de “signo linguístico”, que para ele não é um sinal imóvel, mas representa uma ideologia. O “Judas” que trai e senta

à mesa, é representado pelo algoz que mata e deposita flores à cova.

Tentando manipular a visão externa de que o ato de matar foi em nome do amor e evidenciando, mais uma vez, o ciclo de violência, em que após a agressão, chega-se ao estágio da doçura, alimentando uma mudança hipotética e mentirosa.

Vejamos os últimos versos:

*Hoje meu amor implora pra eu voltar
Ajoelhado, chorando, infelizmente não dá
Agora estou feliz, ele veio me visitar
É dia de finados, muito tarde pra chorar*

Nos lembra o jargão popular: *Os mortos recebem flores, porque o remorso é mais forte que a gratidão*, razão pela qual o título desse trabalho também indica: *flores em vida*. Já que, a protagonista dessa narrativa dedica a vida inteira em subserviência ao homem que idealizou como grande amor e não recebeu nenhuma atitude de carinho despretenciosa da parte dele. Viveu isolada, ameaçada, espancada e viu os planos que induziram-na a sair de casa, sendo desfeitos em detrimento de um sentimento obsessivo. Perdeu a vida em nome do mesmo amor com que se dedicou a ele e só depois da morte, recebeu um gesto afetoso, este, carregado de uma ideologia machista e prepotente. A narração pós-túmulo nos faz refletir que muitas mulheres morrem acreditando que toda a violência sofrida nos relacionamentos partiu de um ato amoroso, se envaidecem com as cenas de ciúme e tentam dar crédito a hipótese do “fez porque gosta”, alimentando cada vez mais o ego manipulador do machista em potencial.

No entanto, como nos lembra Shakespeare, “Beijos não são contratos e presentes não são promessas”³⁵.

*"É muito importante que o limite seja posto pela mulher:
Não vou aceitar uma situação de violência dentro da minha casa!"*³⁶

³⁵ Disponível: <https://letraepalavra.wordpress.com/2012/02/16/beijos-nao-sao-contratos-shakespeare/>

³⁶ Verso final do rap.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É gratificante chegar ao fim de mais uma etapa acadêmica sabendo da alegria do dever cumprido. Muito embora, o desejo de que tais discussões perpassem os muros acadêmicos e ganhem notoriedade pelas autoridades e a sociedade civil, ainda continua sendo utópico. Razão disso, são os índices alarmantes de agressões e mortes de mulheres, todos os dias, mesmo com inúmeros trabalhos científicos que indiquem gráficos, foco do problema e possíveis soluções.

Infelizmente, a realidade sócio-política do país não leva a teoria em consideração e junto a mídia reforça a “comercialização” da figura da mulher como vulnerável e impassível de ser feliz sozinha, condicionando o homem ao crédito de domínio e fomentando um estereótipo de que a realização dela como “ser”, depende de uma aliança (ao menos simbólica) com o “protetor”, provedor, proprietário.

Alimentando a hipótese de que longe disso, ela seja julgada socialmente e condenada à solidão. Assim, amar um agressor torna-se uma espécie de “única opção”, algumas vezes, induzida pelo discurso de outrens e, outras vezes, por acreditar que tudo é passível de mudança, até mesmo situações violentas e constrangedoras.

Através do *rap* “Rosas” (gênero musical muito presente na atualidade dos jovens periféricos), encontramos uma das inúmeras situações vivenciadas por mulheres vítimas de agressão e feminicídio, no Brasil, e trouxemos para esse debate com o intuito de corroborar com a campanha contra a violência, a partir da observação e da análise do discurso machista manipulativo, muitas vezes ignorado (ou reforçado) pela romantização do abuso, no entanto, materializado e perpetuado como ato de amor.

Finalmente, após refletirmos sobre as relações de poder no *Rap*, a partir da dialetologia bakhtiniana, discorrer sobre violência e feminicídio com base na cultura patriarcal e discutir de que maneira as relações de poder se solidificam entre homem e mulher, poderemos corroborar para demais pesquisas que tenham essa mesma temática. Com a certeza de que ainda há muito o que se discutir, diante dos problemas socio-culturais que o país enfrenta. Mas, dentro do campo que nos destinamos a abordar, a pesquisa se deu satisfatoriamente, já que a nossa tese fora defendida.

Os índices de violência contra a mulher e feminicídio vêm aumentando significativamente na atualidade, porque existe uma manipulação do discurso, do ponto de vista ideológico, a partir de um viés social, cultural e/ou psicológico, em que o dominador utiliza-se do discurso, secularmente conservado, de que o homem é o detentor do poder, ou

usa o amor como “escape” para exercer autoridade sobre a vítima, que por sua vez, passa a acatar o sofrimento em nome da crença sentimental e/ou comodidade material.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. **A primavera feminista brasileira e a resistência das mulheres atuantes no meio jurídico**. ____ In: Estudos feministas: por um direito menos machista org. Aline Gostinski e Fernanda Martins. Florianópolis: Empório do direito, 2017, p. 117-146.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: M. Lauhd e Yara F.Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G.Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BIRENBAUM, Gustavo. **Teoria da aparência**. São Paulo: Editora Sergio Antônio Fabris, 2012, p. 67 – 74.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **A mulher e o espaço público**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 9-18.
- BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. Espinosa. **Poder e liberdade**. ____ In: Filosofia política moderna. De Hobbes e Marx Boron. São Paulo: USP, 2006, p. 113 – 143.
- DAHLET, Patrick. **Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito**. ____ In: Bakhtin: dialogismo e construção de sentido. Org. Beth Brait. São Paulo: Unicampi, 2015, p.55 – 83.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante,

2017.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica.** São Paulo: Contexto, 2010.

FORTES, Isabel. **Masochismo e desamparo no sofrimento contemporâneo.** São Paulo: Revista Pulsional de Psicanálise, 2008, p. 28.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Poder e saber: estratégia, poder e saber,** 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade: a vontade de saber.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade: o cuidado de si.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREUD, Sigmund. **A negativa (1925),** In: _____Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2007, p. 145-157.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo (1914).** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão (1939).** Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GALLIANO, A. G. **O Método Científico: Teoria e Prática.** São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso da servidão voluntária ou o contra um.** Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor.** Rio de Janeiro: Best Seller, 2013, p.19-25.

LOURO, Guacira Lopes. **A mulher visível.** ____ In: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2017, p. 21 – 40.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista.** Recife: Guararapes, 1981.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do mundo.** São Paulo: Leya, 2013.

NORWOOD, Robin. **Mulheres que amam demais.** 28 ed. São Paulo: Arx, 2005.

OLIVEIRA, Francisca Moana A. de. **Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da Lei Maria da Penha**. Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão, Sobral-CE, novembro de 2016. Disponível em: <https://flucianofejiao.com.br/novo/anais-encontro-de-pesquisa-e-extensao-2016/> acessado em 11/12/2019.

PAGLIA, Camille. **Personas Sexuais**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 13-47.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Tradução de Eni P. De Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michele. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p.170-185.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROPER, Caitlin. Cinquenta tons mais escuros não é empoderador, é abuso. Fãs da psicanálise, 2017. Disponível em: <https://www.fasdapsicanalise.com.br/cinquenta-tons-mais-escuros-nao-e-empoderador-e-abuso/> acessado em 01/03/2020.

SAFFIOT, Helieth. **Gênero, Patriarcado e Violência: poder e impotência**. São Paulo: Ed.Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Alcina Santos Silva. **As flores na pintura: a simbologia cristã**. Porto: FLUP, 2011.

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

TODOROV, T. **Mikail Bakhtine, le prince dialogique, suivi de Ecris du cerle de Bakhtin**. Paris: Seuil, 1981.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ANEXO

ROSAS
(Atitude Feminina)

*"A cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil
E a realidade não é nem um pouco cor-de-rosa
A cada ano, dois milhões de mulheres são espancadas
Por maridos ou namorados."*

Hoje o meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra voltar
Hoje o perfume eu não sinto mais
O meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz!

Tudo era lindo no começo lembra?
Das coisas que me falou que era bom sedução
Uma história de amor, varios planos, desejos e ilusão
E daí?

Não tinha nada a perder queria sair dali
No lugar onde eu morava me sentia tão só
Aquele cheiro de maconha e o barulho de dominó
A molecada brincava na rua e eu cheia de esperança
De encontrar no futuro a paz sem tiroteio, vingança

E ele veio como quem não quizesse nada
Me deu um beijo e me deixou na porta de casa
Os meus olhos brilhavam estava apaixonada
Deixa de ser criança a minha mãe falava
Que no começo tudo é festa e eu ignorava
Deixe eu viver meu futuro e si pá

Muda nada
Menina boba e iludida sabe de nada da vida
Uma proposta ambição de ter uma família
Entreguei até a alma e ele não merecia

O meu pai embriagado nem lembrava da filha
Meu príncipe encantado
Meu ator principal
Me chamava de filé e eu achava legal
No começo tudo é festa sempre é bom lembra
Hoje estou feliz o meu amor veio me visita

Hoje o meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra voltar
Hoje o perfume eu não sinto mais
O meu amor já não me bate mais

Infelizmente eu descanso em paz!

Numa atitude pensada sai de casa
 Pra ser feliz
 Não dever satisfação ser dona do meu nariz
 Não agüentava mais ver a minha mãe sofredora
 Levar porrada do meu pai embriagado e a toa
 O meu irmão se envolvendo com as paradas erradas: cocaína, maconha, 157
 Ah, mas eu estava feliz no meu lar doce-lar

Sua roupa, olha só!
 Tinha prazer de lavar
 Mas alegria de pobre dura pouco, diz o ditado
 Ele ficou diferente a principio irritado
 Chegava tarde da rua aquele bafo de pinga
 Batom na camisa e cheiro de rapariga

Nem um ano de casado, ajuntado sei lá
 Não sei pra que cerimônia o importante é amar
 Amor de tolo amor de louco e foi o que aconteceu
 Me mandou calar a boca e não me respondeu
 Insistir foi mal, ele me bateu
 No outro dia me falou que se arrependeu
 Quem era eu pra julgar?
 Queria perdoar
 Hoje estou feliz o meu amor veio me visitar

*"Eu tava a quatro meses grávida
 Ele me deu uma surra tão violenta que eu cai, desmaiei
 Aí quando eu acordei eu tava numa poça de sangue, assim
 Que tinha saído da minha boca e do meu rosto
 Ele me catou assim pelos meus cabelos
 Me puxou e falou: Você vai morrer!"*

Hoje o perfume eu não sinto mais
 Meu amor já não me bate mais
 Infelizmente eu descanso em paz

Quase 2 anos a rotina parecia um inferno
 Que saudade da minha mãe
 Desisti do colégio
 A noite chega a madrugada e meu amor não vinha
 Quanto mais demorava, preocupada mais eu temia

Não estava agüentando aquela situação
 Mais hoje tudo vai mudar ele querendo ou não
 Deus havia me escutado há uns dois meses atrás
 Aquele filho na barriga era esperança de paz
 Tantos conselhos me deram de nada adiantou
 Era a mulher mais feliz, o meu amor chegou

Que pena!
 Novamente embriagado.
 Aquele cheiro de maconha
 Inconfundível, é claro
 Tentei acalma-lo ele ficou irritado
 Começou a quebra tudo loucamente lombrado
 Eu falei que estava grávida ele não me escutou
 Me bateu novamente mais dessa vez não parou

Vários socos na barriga, lá se vai a esperança
 O sangue escorre no chão, perdi a minha criança
 Aquele monstro que um dia prometeu me amar
 Parecia incontrolável eu não pude evitar

Talvez se eu tivesse o denunciado
 Talvez se eu tivesse o deixado de lado
 Agora é tarde
 Na cama do hospital
 Hemorragia interna o meu estado era mal

O sonho havia acabado e os batimentos também
 A esperança se foi pra todos sempre, amém!
 Hoje o meu amor implora pra eu voltar
 Ajoelhado, chorando
 Infelizmente não da
 Agora eu to feliz ele veio me visitar
 É dia de finados, muito tarde pra chorar.

Hoje o meu amor veio me visitar
 E trouxe rosas para me alegrar
 E com lágrimas pede pra voltar
 Hoje o perfume eu não sinto mais
 O meu amor já não me bate mais
 Infelizmente eu descanso em paz!

*"É muito importante que o limite seja posto pela mulher:
 Não vou aceitar uma situação de violência dentro da minha casa!"*